



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LÁZARO UASSENA UNA**

**CRISES INTERNAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL:  
O CASO DA GUINÉ-BISSAU NA CEDEAO 1998 - 2018**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2020**

**LÁZARO UASSENA UNA**

**CRISES INTERNAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL:  
O CASO DA GUINÉ-BISSAU NA CEDEAO 1998 - 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira  
– UNILAB como requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2020**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

U43c

Una, Lázaro Uassena.

Crises internas e integração regional : o caso da Guiné-Bissau na CEDEAO (1998-2018) /  
Lázaro Uassena Una. - 2020.

63 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da  
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivette Tatiana Carrascal.

1. África - Integração econômica. 2. Comunidade Econômica dos Estados da África  
Occidental. 3. Guiné-Bissau - Integração econômica - 1998-2018. I. Título.

BA/UF/SEBI

CDD 330.96657

**LÁZARO UASSENA UNA**

**CRISES INTERNAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL:  
O CASO DA GUINÉ-BISSAU NA CEDEAO 1998 - 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Data da Aprovação: 27/01/2020.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivette Tatiana Castilla Carrascal**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Orientadora

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinthia Regina Campos**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Examinadora

**Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Examinador

*Dedico este trabalho a Deus e á os meus familiares, amigos e conhecidos que sempre me apoiaram, em especial ao meu pai, Uassena Una, que já não se encontra no mundo dos vivos, e a minha mãe Segunda Indafá, ao meu tio Paulo Una, aos meus irmãos/as Sábado, Madalena, Abene, Cubane; aos meus primos Barnabé, Uzias. Acalá, Tibna, Saliu; E às pessoas que me apoiaram PR. Adrelino e Iolanda. E a todos que sempre acreditaram em mim.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus por me ter dado a oportunidade e a capacidade de estudar e ter concluído mais uma etapa da minha formação.

Agradeço aos meus pais (Uassena Una e Segunda Indafa) por me terem apoiado nos meus estudos, investindo o tempo e o dinheiro deles, acreditando que um dia eu chegaria a onde cheguei e onde ainda chegarei. Sem esquecer também dos meus líderes da igreja que me apoiaram financeiramente, Pr. Adrelino Lopes Correia e Iolanda Funy e Pr. José Paulo Semedo, sem esquecer do apoio incondicional de Maria José.

Agradeço a minha orientadora Ivette Tatiana Castilla Carrascal, por ter aceite o desafio de construirmos juntos essa monografia, disponibilizando o seu tempo e gastando a sua energia em me orientar, contribuindo grandemente para que eu conseguisse escrever um bom trabalho. Que Deus a abençoe ricamente. E sem esquecer dos meus amigos, tanto aqui no Brasil, assim como em Bissau. E aos meus líderes e pastores de Bissau. E o meu profundo agradecimento vai também para a família Barbosa, miss Denny, Jair e os Filhos.

## RESUMO

A relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO começou desde o processo da sua criação, concretizada em maio de 1975. O trabalho teve como objetivo compreender como se deu a relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO, em termos políticos, econômicos e comerciais entre 1998 a 2018. Partiu-se da hipótese de que essa relação se deu mais no campo político, atrelado às questões de segurança, do que no campo econômico e comercial. E por outro lado, acredita-se que isto se deve às constantes crises internas que o país enfrentou durante esses 20 anos em estudo. Para alcançar o objetivo, o trabalho teve como base bibliográfica tanto as fontes primárias assim como as fontes secundárias. Concentrou-se na análise dos documentos institucionais disponíveis nos endereços eletrônicos tanto da CEDEAO, assim como da FMI, OCDE entre outras. E também em artigos, livros, teses e dissertações disponíveis nos correios eletrônicos e nas bibliotecas. E por outro lado, também teve que se recorrer às notícias publicadas nos jornais eletrônicos como forma de dar conta de alguns assuntos que não foram conseguidos em artigos e livros achados. Os resultados confirmam a hipótese inicial do trabalho: a relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO se deu mais no campo político, atrelado às questões de segurança do que econômicos e comerciais. Mais também, percebe-se que, no que tange às questões de segurança, a Guiné-Bissau esteve sempre na mesa das Sessões Ordinárias e extraordinárias, sendo discutida a forma de como pôr fim às constantes instabilidades internas. E nessa ótica, foi dada como prioridade a reforma no setor da defesa e segurança, elaborando um plano de ação conjunta com o Estado da Guiné-Bissau. A CEDEAO apoiou financeiramente o plano de reforma e também com técnicos, nesse caso com a missão da ECOMIB.

**Palavras-chaves:** África - Integração econômica. Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. Guiné-Bissau - Integração econômica - 1998-2018.

## ABSTRACT

Guinea-Bissau's relationship with ECOWAS began since the process of its creation, implemented in May 1975. The objective of this work was to understand how Guinea-Bissau's relationship with ECOWAS occurred in political, economic and commercial terms between 1998 and 2018. It was based on the hypothesis that this relationship occurred more in the political field, linked to security issues than in the economic and commercial field. On the other hand, it is believed that this is due to the constant internal crises that the country has faced during those 20 years under study. To achieve the objective, the work was based on both primary sources as well as secondary sources. It focused on the analysis of the institutional documents available at the electronic addresses of both, as well as the IMF, OCDE and others. And also in articles, books, theses and dissertations available in article and books found. And on the other hand, I also had to resort to news published in electronic newspapers as a way of realizing some issues that were not achieved in articles and books found. The results confirm the initial hypothesis of the work: Guinea-Bissau's relationship with ECOWAS took place more in the political field, linked to security issues than economic and commercial. Moreover, it is perceived that, with regard to security issues, Guinea-Bissau has always been at the table of ordinary and extraordinary sessions, and the way of ending constant internal instability is discussed. And from this point of view, reform in the defence and security sector was given priority, drawing up a joint action plan with the State of Guinea-Bissau. ECOWAS financially supported the reform plan and also with technicians, in this case with the Mission of ECOMIB.

**Keywords:** Africa - Economic integration. Economic Community of West African States. Guinea-Bissau - Economic integration - 1998-2018.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1: CRISES INTERNAS, TEORIAS E PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA</b>	13
2.1	CRISES POLÍTICAS NA GUINÉ-BISSAU	13
2.2	TEORIAS SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL	20
2.2.1	<b>Federalismo</b>	21
2.2.2	<b>Funcionalismo</b>	22
2.2.3	<b>Neofuncionalismo</b>	24
2.2.4	<b>Intergovernamentalismo</b>	26
2.3	CONTRIBUIÇÕES PÓS-COLONIAIS PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	29
2.4	PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA	31
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2: CEDEAO: CRIAÇÃO E RELAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU COM A ORGANIZAÇÃO</b>	35
3.1	CRIAÇÃO E ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU À CEDEAO	35
3.2	HISTÓRIA DAS RELAÇÕES POLÍTICAS, ECONÓMICAS E COMERCIAIS DA GUINÉ-BISSAU COM A CEDEAO	39
3.3	NAS MARGENS DA ATENÇÃO	48
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	51
	<b>REFERÊNCIAS</b>	53
	<b>ANEXO</b>	58

## 1 INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau fica situada na costa Ocidental da África, com uma extensão geográfica de 36.125 km<sup>2</sup>. Faz fronteiras, ao Norte com Senegal, Sul e Leste com a República da Guiné-Conacri, todos países francófonos, e a Oeste com Oceano Atlântico. Além do território continental, a República da Guiné Bissau conta com mais de 88 ilhas que constituem arquipélago dos Bijagós. E dentre estes 88, apenas mais de 20 são povoados. (CASSAMA, 2014, p.18). E segundo os dados de Instituto Nacional de Estatística (2016) a população é estimada em cerca de 1.544.777 habitantes.

Colonizada por Portugal e tendo como língua oficial o português, valeu-lhe a prerrogativa de integrar a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a CPLP, criada em 1996. Esta Comunidade também integra como membros, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O país também aderiu as duas maiores organizações da sua região, isto é, a CEDEAO (Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental), que é a organismo em Estudo, e a UEMOA (União Económica e Monetários Oeste Africana).

Sete anos depois da independência, isto é, em 1980, o país conheceu aquilo que seria o primeiro de tantos outros golpes de Estado que iria enfrentar ao longo do seu processo democrático. Uma série de crises afetou profundamente as instituições governamentais, resultando em sucessivas interrupções de mandatos dos governos eleitos. O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), identifica claramente essas fragilidades. Segundo o relatório,

O Estado guineense apresenta características de fragilidade que estão devidamente identificadas ao nível interno e que incluem, nomeadamente: a instabilidade política recorrente desde o conflito armado de 1998-99; o funcionamento irregular e falta de capacidade das instituições públicas no cumprimento das funções básicas do Estado; o défice democrático que se manifesta na necessidade de uma maior independência do poder judicial, de um maior controlo sobre a polícia e na insubordinação das forças armadas ao poder político; o impacto de fenómenos transnacionais como o tráfico de droga e a criminalidade organizada; os elevados níveis de pobreza; a fraca diversificação da estrutura económica e a grande dependência da ajuda externa (OCDE, 2011, p.23).

Criada em 28 de maio de 1975 e contando com uma população total de cerca de 318.500.013 milhões de habitantes, a CEDEAO parece apresentar um mercado promissor para os seus Estados membros. Em 1993, o desafio da segurança sub-regional adicionou

àqueles objetivos, metas políticas somaram-se àquelas econômicas e alargaram as áreas de cooperação.

No entanto, com a adição dos objetivos de segurança regional, a CEDEAO interveio no conflito político militar de 7 de junho de 1998, comandando as forças de manutenção da paz na Guiné, a *Economic Community of West African States Monitoring Group* (ECOMOG). E desde então, o país mergulhou em constantes crises que não permitiram a consolidação das suas instituições democráticas, marcando constantemente as agendas de segurança da OR. E desde 1998, houve uma presença constante das delegações e grupos de trabalho da CEDEAO no país, com objetivo de superar esse ciclo de instabilidade crônica (FERNANDES et al, 2011). E até o presente ano, 2020, a CEDEAO mantém ainda um contingente de militares no país, que chegaram desde 2012 na sequência de um golpe de estado. Esse contingente, segundo a CEDEAO, tem por objetivo assegurar os dirigentes e as instituições estatais, bem como apoiar no processo de reforma no setor de defesa e segurança.

Por outro lado, apesar de apresentar um mercado promissor, constata-se que existe pouca interdependência entres os Estados que a compõem. Quase todos eles têm como destino exportador os mercados europeus, americanos ou asiático. Em termos de circulação interna dos produtos, a Nigéria, Costa de Marfim, Senegal, Gana e Togo continuam a ser os principais exportadores para o mercado regional (CEDEAO), enquanto que a Guiné-Bissau e os restantes importam mais do que exportam.

Disto isto, pergunta-se: Como se deu a relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO durante 1998 e 2018? Essa questão foi levantada com objetivo de compreender como se deu a relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO, em termos políticos, econômicos e comerciais entre 1998 a 2018. Partiu-se da hipótese de que essa relação se deu mais no campo político, atrelado às questões de segurança, do que no campo econômico e comercial. E por outro lado, acredita-se que isto se deve às constantes crises internas que o país enfrentou durante esses 20 anos em estudo.

O trabalho tem dois capítulos, e mais considerações finais. Sendo que logo na introdução, fez-se uma breve apresentação do país em estudo, problematizando o tema, e apresentando também o objetivo geral do trabalho, hipótese e a justificativa. Além disso, se apresenta a metodologia usada para execução do trabalho.

O primeiro capítulo caracteriza as diversas crises que o país enfrentou ao longo desses 20 anos em estudo. E também se preocupou em dar conta dos aspectos teóricos e práticos do estudo. E ao mesmo tempo, discute-se o processo de integração em África, trazendo não só as teorias convencionais das relações internacionais, mas também as contribuições pós-

coloniais para o campo das Relações Internacionais, que se consideram importantes para entender o processo de integração regional africano.

O segundo capítulo fez-se uma análise histórica e documental das relações políticas e comerciais do país com a CEDEAO. Neste capítulo podemos perceber as áreas de maior e menor prioridade na agenda da CEDEAO.

O interesse pelo estudo partiu das constantes participações da CEDEAO nas mediações dos conflitos internos do país desde 1998. E com isso procurou-se dar a contribuição com relação ao debate atual acerca da atuação dessa organização na Guiné-Bissau, trazendo uma perspectiva histórica. E por outro lado, o trabalho servirá como mais uma contribuição bibliográfica para posteriores estudos sobre a Guiné-Bissau, pois tem um caráter diferenciado e atualizado que trabalha a integração e conflitos internos do país.

Para alcançar o objetivo, o trabalho teve como base bibliográfica tanto as fontes primárias assim como as fontes secundárias. A análise concentrou-se nos documentos institucionais disponíveis nos endereços eletrônicos tanto da CEDEAO, assim como da FMI, OCDE entre outras. E também em artigos, livros, teses e dissertações disponíveis nos correios eletrônicos e nas bibliotecas. E por outro lado, também teve que se recorrer às notícias publicadas nos jornais eletrônicos como forma de dar conta de alguns assuntos que não foram encontrados em artigos e livros achados. Também se valeu da experiência de ter vivido e acompanhado de perto esses momentos de crises internas do país.

Ao todo foram analisados mais de 37 documentos oficiais da CEDEAO disponíveis no seu endereço eletrônico. Não se conseguiu ter acesso a todos os documentos referentes a esse período, por falta de disponibilidade dos tais, e isso pode ser observado no quadro em anexo. Esses documentos oficiais se referem aos comunicados oficiais das cimeiras ordinárias e extraordinárias realizadas dentro do período em estudo (1998-2018). Dos 37 documentos, 23 são das cimeiras ordinárias e 14, das extraordinárias. Procuramos saber como aparecia a Guiné-Bissau dentro das agendas de CEDEAO e quais as prioridades ou áreas que mereciam mais atenção do organismo.

## **2 CAPÍTULO 1: CRISES INTERNAS, TEORIAS E PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA**

Neste capítulo fez-se uma análise das crises enfrentadas durante os 20 anos em estudo, mostrando a atuação da CEDEAO como agente mediador. Por outro lado, preocupou-se em dar conta dos aspectos teóricos e práticos do estudo. O capítulo trouxe algumas teorias de convencionais de integração regional, mostrando elementos que podem explicar o caso africano. E ao mesmo tempo, discutimos o processo de integração em África, trazendo as contribuições pós-coloniais para o campo das Relações Internacionais, que se consideram importantes para entender o processo de integração regional africano.

### **2.1 CRISES POLÍTICAS NA GUINÉ-BISSAU**

Pensar sobre a definição de crise exige voltar à sua origem, visando o melhor entendimento. Segundo Saraiva (2011, p. 13), a palavra crise vem do grego clássico, *Krisis*, que reportava etimologicamente a noção de “julgamento” ou decisão. Mas foi na medicina que a que a noção de crise se forma, pela necessidade de tomada de decisão em situações de extrema urgência. Nesse caso a decisão é resultado de uma motivação súbita que coloca em causa a vida do paciente, pela degradação irreversível do seu Estado clínico.

Segundo o mesmo autor, a noção de crise também se mostrou interessante nos estudos da paz e segurança. Nessa área a noção de crise resulta da alteração repentina das circunstâncias políticas. E apesar de não ser possível chegar uma definição consensual sobre a crise, esse autor considera como crise, um ponto de viragem em relação à situação política vigente que exige uma decisão expedita. E Silva (2014) identifica como um dos elementos da crise, a possibilidade de alteração do sistema.

No entanto, para esse trabalho, adota-se a definição dada por Pereira & Mendes (2006, p. 29), citados por Rosa (2018, p. 9), em que a crise é definida como

Um fenômeno que afeta, profundamente, o desenvolvimento das atividades normais de uma organização, afastando-a da visão estratégica e missão fundamental definida pelos seus mais altos responsáveis, e que tem como características nucleares: a ameaça de ruptura do equilíbrio do sistema organizacional de referência, motivada por pressões de diversas naturezas; a imprevisibilidade da situação que ultrapassa a capacidade organizacional normal estabelecida; a urgência da necessária resposta processual; o seu caráter eminentemente público e a perda de legitimidade social da organização.

No caso da Guiné-Bissau, o que se percebe nas crises abaixo analisadas, é que eles têm origem política com desdobramentos diferentes: alguns com desdobramentos causando golpes de Estado, conflitos militares e outros causando enormes problemas governamentais, exigindo mediações das organizações regionais e internacionais. E o relatório da OCDE (2011, p. 45) mostra que,

A evolução dos acontecimentos na Guiné-Bissau ao longo da última década demonstra a ligação inequívoca entre as dinâmicas de segurança, políticas e de desenvolvimento. Por um lado, a preponderância dos militares na evolução política, as tensões entre a esfera militar política e entre as facções militares tiveram significativa influência na instabilidade da história recente do país. Estas tensões foram acentuadas por manipulações políticas de rivalidades entre grupos, tanto no seio dos militares como do partido dominante, e por lutas de acesso e controlo de recursos legais e ilegais. Por outro lado, as constantes remodelações políticas, a corrupção e clientelismo, das estruturas estatais, a ausência de sistemas de controlo e de fiscalização democrática fortes, acrescidas a uma presença limitada e enfraquecida da administração estatal têm contribuído para um certo distanciamento e desconfiança entre o Estado e as populações. Apesar da instabilidade política recorrente no país desde o fim da guerra civil em 1999, estas crises não degeneraram em conflitos armados.

Os fatos mostram que desde a sua independência conquistada em setembro de 1973, resultado de 11 anos de luta contra o jugo colonial portuguesa, a Guiné-Bissau passou e ainda passa por diversas crises internas. Mas antes de adentrar no período proposto no trabalho (1998-2018), vai-se abordar, em resumo, o antecedente desse período.

Sete anos depois da independência o país conheceu aquilo que seria o início de outras situações semelhantes que iriam se repetir ao longo do seu processo de construção e de reafirmação como Estado-nação. Em 14 de Novembro de 1980, o país sofreu o primeiro golpe de Estado liderado por Comandante-chefe da luta de libertação e Primeiro-ministro na altura, João Bernardo Vieira (Nino). O denominado “Movimento Reajustador” era um movimento de cunho nacionalista que contestava contra a presença massiva dos cabo-verdianos nos postos mais altos da administração guineense, contra a situação económica em que o país se encontrava<sup>1</sup> e também contra a pena de morte que existia na constituição guineense, e entre outras reivindicações (SANTOS, 2014, p. 269).

Tem sido tomada como causa imediata desse golpe, uma ação da Assembleia Nacional Popular (ANP) de 12 de novembro do mesmo ano. Nesta data, a ANP, reunido na sua sessão extraordinária, decidiu aprovar o texto da nova constituição que reforçava o poder

---

<sup>1</sup> Em 1980, a situação económica da Guiné era muito má. Havia uma enorme desigualdade entre a classe política e a população. A classe política vivia num luxo ostensivo enquanto que a população nem sequer conseguia abastecer os seus meses de produtos de primeira necessidade. Era um período de muita fome (VIEGAS, 2013, p. 65).

do presidente. Então, o então Primeiro-Ministro João Bernardo Vieira, que já estava num clima de desconfiança com o Presidente Luís Cabral, resolveu dar o golpe antes que tudo se concretizasse. De salientar que o próprio João Bernardo Vieira foi general das Forças Armadas, razão pela qual tinha simpatia de muitos militares que o apoiaram no golpe.

Como resultado do golpe, o João Bernardo Vieira assumiu a presidência, selando definitivamente a separação entre Guiné e Cabo Verde, inaugurando também o peso militar dentro da vida política do país. E nomeou o Brigadeiro Ansumane Mané para exercer as funções de Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas. Por outro lado, segundo Santos (2014, p. 270), a partir desse período a estrutura política guineense começou a apresentar uma debilidade, marcada pelos incessantes rumores de golpes de Estado, desconfianças e interferências militares na governação do país. Muitas pessoas foram presas e mortas por serem considerados suspeitos de prepararem golpe contra o Presidente (VIEGAS, 2013, p. 65-66). E também segundo Teixeira (2003), de 1990 à 1994, o governo do PAIGC, tanto a nível interno quanto externo foi fortemente contestado pela corrupção e uso arbitrário do poder político com sucessivas crises económicas.

O debate sobre a abertura democrática multipartidária iniciada em 1990/1 pela ANP, teve como fruto a queda do artigo 4º da Constituição que consagrava o PAIGC como o único partido do Estado. Contudo, o processo só se concretizou em 1994, com a instalação de Comissão Nacional de Eleições (CNE) e a organização das primeiras eleições legislativas e presidenciais em julho-agosto de 1994. Como fruto, o então presidente do PAIGC e o presidente do país desde o golpe de 1980, concorreu e ganhou as eleições com 64% dos votos, garantindo assim a sua manutenção no poder, e o seu partido PAIGC também conseguiu a maioria no parlamento, com 62% dos deputados. Passando 4 anos depois da sua eleição, isto é, em 1998, o presidente João Bernardo Vieira acusou o então Chefe de Estado-maior das Forças Armadas, o Brigadeiro Ansumane Mane, de estar a vender armas para os rebeldes de Casamança, uma região situada na fronteira com o Senegal. Como resultado dessa acusação, o Presidente destituiu o Brigadeiro Ansumane Mané, que por sua vez reuniu as tropas que estavam ao seu favor, começando a maior e mais grave crise que o país viveu desde a sua independência (TEIXEIRA, 2003, p.9).

A data de 7 de junho de 1998 ficou gravada na memória da população em geral, pois marca o início de uma guerra civil que ceifou a vida de milhares guineenses, e teve um marco devastador do tecido infraestrutural, económico e social da Guiné-Bissau. Após 11 meses de luta, a junta militar liderado por Ansumane Mané, conseguiu tomar o poder, fato que obrigou o Presidente João Bernardo Vieira a pedir asilo político em Portugal.

O Afonso Té, um dos altos oficiais militares, que esteve ao lado do Presidente Vieira e, na altura, vice Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, numa entrevista concedida a VOA<sup>2</sup> no dia 7 de maio de 2018, lembra que os fatores políticos foram as causas essenciais do levantamento militar. Segundo ele, “as Forças Armadas foram vítimas, pura e simplesmente, de disputas internas no PAIGC, agravadas com a intervenção da oposição”. E ainda acusa o então Presidente da ANP, o senhor Malam Bacai Sanhá, de ser o mestre de toda a “jogada”, afirmando que as razões apontadas como causas do conflito eram falsas. Segundo ele, “João Bernardo Vieira foi vítima da intriga, vinda dos seus próprios camaradas de luta, associada aos interesses políticos dentro do PAIGC e da oposição guineense”.

E durante esse período, tanto a CPLP, ONU e a CEDEAO, estiveram envolvidos diretamente nas negociações pela busca de paz, junto com as autoridades religiosas e grupos cidadãos do país (BWOCK, 2015, p. 40; RUDEBEC, 2001, p.12). A CEDEAO, em especial, enviou tropas para manutenção da paz na Guiné-Bissau.

Em resultado dos esforços conjugados entre Comunidade internacional, em especial a CEDEAO, e grupos internos da sociedade civil, foi possível alcançar a paz e consequentemente a formação de um Governo de transição, permitindo a restauração democrática com a realização das segundas eleições legislativas e presidenciais em novembro de 1999. Essas eleições foram ganhas pelo Partido da Renovação Social (PRS). O Koumba Yala foi eleito e empossado como Presidente da República da Guiné-Bissau em 2000 (TEIXEIRA, 2003, p. 9; BWOCK, 2015, p. 41; RUDEBEC 2001, p.13). E no mesmo ano em que foi empossado o novo presidente, o então Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané, foi assassinado.

O povo guineense acreditava que o novo elenco governamental poderia alavancar o país rumo ao desenvolvimento. No entanto, com enormes problemas financeiros e salários em atraso desde o período da guerra civil, somada a debilidade das instituições governamentais e a delapidação do erário público, o novo elenco mergulhou-se numa enorme crise, resultando num golpe de Estado liderado pelo Veríssimo Correia Seabra, o então Chefe de Estado-maior das Forças armadas, em 2003. O Koumba Yala foi deposto e em seu lugar assumiu como presidente de transição, o Henrique Pereira Rosa. O Koumba Yala não conseguiu corresponder às expectativas nacional e nem a internacional. Ao longo da sua

---

<sup>2</sup> VOA. Guiné-Bissau: 20 anos após o levantamento de 1998. Disponível em:<<https://www.voaportugues.com/a/guin%C3%A9-bissau-20-anos-ap%C3%B3s-o-levantamento-de-1998/4428969.html>>. Acessado em 26. out 2019.

governança ele derrubou vários governos, alegando a corrupção e falta de competência (BWOCK, 2015; TEIXEIRA, 2003).

Em 7 de março de 2003, a Guiné-Bissau organizou a sua terceira eleição legislativa, ficando as presidências para a data a ser definida. O resultado dessas eleições foi favorável ao candidato do PAIGC, e o Carlos Gomes Júnior (Cadogo) foi investido como o novo Primeiro-Ministro do país.

Em 6 de Outubro de 2004, o General que deu golpe à Kumba Yala foi assassinado por um grupo de militares que participaram de Missão de Paz da ONU na Libéria. Os militares o acusaram de corrupção e promoção arbitrária no seio das forças armadas (AUGEL, 2007, p. 71). Em seu lugar, foi escolhido para chefia das forças armadas o Brigadeiro Tagme Na Waie.

Segundo Augel (2007), em 2005 foi realizada as eleições presidências sob muita tensão política, principalmente no segundo turno (25 de julho). O Resultado acabou favorecendo o candidato independente João Bernardo Vieira, que estava exilado em Portugal desde 1999. Com 52,35% de votos, o João Bernardo Vieira (Nino) assumiu a presidência, fazendo voltar o clima de tensão política e desconfiança. O país que estava se recuperando das crises passadas, tentando fortalecer as instituições estatais foi travada com crise de falta de coabitação entre o Primeiro Ministro Carlos Gomes e o Presidente Nino, acabando o presidente por derrubar o governo em outubro do mesmo ano, alegando a falta de coabitação<sup>3</sup>. A partir daí o país voltou mais uma vez a velhos problemas.

Com a clima de desconfiança e ódio que pairava no cenário político, devido ao retorno do Nino, um dos autores provocadores da guerra civil de 1998, não se tardou para que o pior acontecesse a ele. Após duas tentativas falhadas, os malfeitores finalmente conseguiram. Na madrugada do dia 2 de março de 2009, o presidente Nino foi assassinado por militares não identificados na sua própria residência em decorrência da vingança da morte do General das Forças Armadas, Brigadeiro Tagme Na Waie, ocorrida no dia anterior. Em menos de 10 horas foram assassinadas o General e o presidente<sup>4</sup>.

No mesmo ano deu-se o procedimento de organizar as novas eleições para o cargo de presidente. O candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanhá, foi o vencedor dessas eleições. Por

---

<sup>3</sup> PÚBLICO. Governo de Carlos Gomes Júnior demitido em Bissau. Disponível em <<https://www.publico.pt/2005/10/30/jornal/governo-de-carlos-gomes-junior-demitido-em-bissau-46430>>. Acessado em 21 de out. 2019.

<sup>4</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Exército confirma morte do presidente e nega golpe de Estado na Guiné-Bissau. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2009/03/511237-exercito-confirma-morte-do-presidente-e-nega-golpe-de-estado-na-guine-bissau.shtml>>. Acessado em 17 de out. 2019.

infelicidade da nação guineense, acabou por falecer no dia 9 de janeiro de 2012, vítima de uma doença prolongada, obrigando o país a organizar novas eleições presidenciais<sup>5</sup>.

E ainda em 2009, a população guineense ficou em pânico com uma ação dos militares contra Primeiro-Ministro. Os militares comandados pelo António Indjai prenderam o primeiro ministro e o Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas, Zamora Induta, o substituto do falecido Tagme Na Waie. Mas, devido a pressão nacional e internacional, o Carlos Gomes Júnior foi reconduzido ao seu cargo de Primeiro Ministro, ficando Zamora preso e destituído do seu cargo. No seu lugar foi nomeado o António Indjai como Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas, ação que foi criticada pela sociedade civil e a CEDEAO (BWOCK, 2015, p. 42, 43).

No dia 12 de abril de 2012, o denominado “Comando Militar” deu golpe de Estado, afastando o Primeiro-Ministro e candidato vencedor da primeira volta das eleições presidenciais em andamento, e também afastaram o presidente interino Raimundo Pereira, quem assumiu o cargo do presidente da República depois da morte de Malam Bacai Sanhá. Tem sido apontado como a causa do golpe, os resultados das eleições presidenciais do primeiro turno que favorecia o candidato Carlos Gomes Júnior (Cadago), apoiado pelo PAIGC. Os candidatos à cargo, através de uma conferência de imprensa realizada em conjunta, acusaram o primeiro ministro de ter fraudado as eleições, e pediram anulação do processo. E Koumba Yala, o segundo mais votado, disse que não iria participar da segunda volta, por acreditar que as eleições foram fraudadas.

E por outro lado, os militares alegaram que a missão angolana, resultado de um acordo de cooperação na área de defesa entre a Guiné-Bissau e Angola, cujo objetivo era apoiar a reforma no setor da defesa e segurança, estavam introduzindo armamentos secretamente no país.

Por seu turno, entrevistado pela DW África, o Carlos Gomes Júnior considera que o golpe tem dedos de alguns países membros da CEDEAO com interesses obscuros no país, e que usaram os militares e políticos guineenses para alcançarem esse objetivo. Segundo ele, o projeto da construção de porto de Buba e do caminho de ferro ligando Guiné-Conacri e Mali, iria trazer enormes benefícios para o país, o que não foi visto com bons olhos por alguns países da sub-região que usaram a CEDEAO para concretizar o golpe<sup>6</sup>. Estas foram as razões

---

<sup>5</sup> DW. Faleceu Malam Bacai Sanhá. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-002/faleceu-malam-bacai-sanh%C3%A1/a-15655174>>. Acessado em 23 de out. 2019.

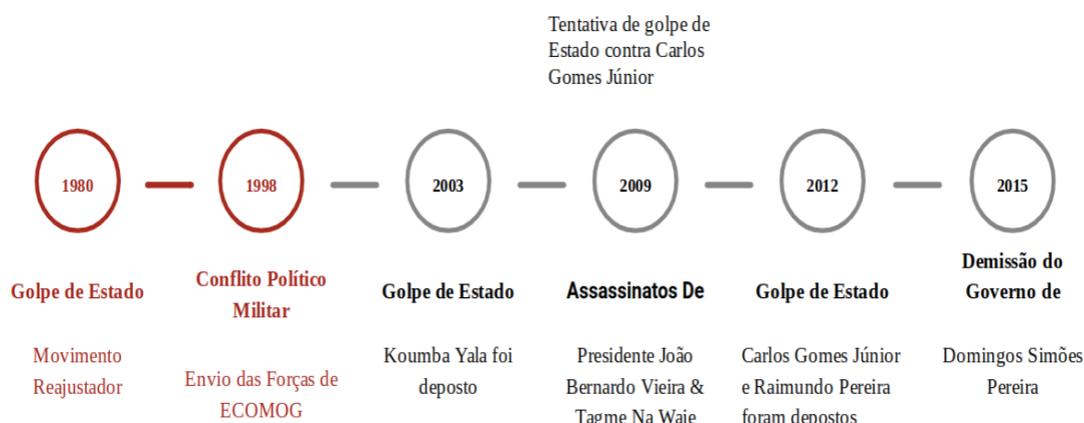
<sup>6</sup> DW. "Nem que me leve à morte, vou servir o meu país" garante Carlos Gomes Júnior. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/nem-que-me-leve-%C3%A0-morte-vou-servir-o-meu-pa%C3%ADs-garante-carlos-gomes-j%C3%BAnior/av-16134879>>. Acesso em 30 de out. 2019.

evocadas como as principais causas que levaram ao golpe de Estado e a consequente expulsão dessa missão do território Guineense (BWOCK, 2015, p. 45).

Lembrando que depois desse acontecimento a CEDEAO enviou uma força militar para assegurar a transição e apoiar na organização das novas eleições, que acabou acontecendo em 2014. Nessas eleições foram eleitos os seguintes candidatos do PAIGC a saber: o engenheiro Domingos Simões Pereira para o cargo de Primeiro-Ministro e José Mário Vaz para o cargo do Presidente da República. E, em 13 de agosto de 2015, o Presidente demitiu o Primeiro-ministro das suas funções, alegando que “o Governo tem revelado preocupantes sinais tendentes a obstruir a realização da justiça, suscetível de pôr em causa a autonomia e independência do judiciário”. O presidente queria que todos os membros do Governo fossem substituídos, devido a desvio de erários públicos para fins pessoais, desejo que não foi atendido pelo Primeiro-Ministro, razão pela qual o levou a demitir todo o elenco<sup>7</sup>.

A linha do tempo abaixo nos permite visualizar melhor as ondas das maiores crises que a Guiné-Bissau enfrentou ao longo desses 20 anos.

**Figura 1** - Linha do tempo sobre as crises internas na Guiné-Bissau



A partir da crise de 2015 começou um novo braço de ferro entre o Presidente da República e o Presidente do PAIGC, o primeiro Ministro demitido. O impasse político foi agravado pela perda de 15 deputados do PAIGC para a oposição. Sem a maioria na ANP, o presidente decidiu chamar a segunda maior força política, neste caso o PRS, para formar o governo. No entanto, o PAIGC, através do seu presidente na ANP, o Cipriano Cassamá, decidiram boicotar as sessões no parlamento, colocando o país num caos político social e

<sup>7</sup>DW. Presidente da Guiné-Bissau demite Governo. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/presidente-da-guin%C3%A9-bissau-demite-governo/a-18646593>>. Acesso em 20 de out. 2019.

econômico. O impasse gerado boicotou o funcionamento do parlamento e das instituições em geral por mais de 3 anos e só foi possível voltar ao normal funcionamento através do acordo mediado por CEDEAO.

Durante esse tempo, a CEDEAO foi uma das organizações que desempenhou um papel fundamental de grande relevância, embora seja criticado pela sociedade civil por não ter conseguido fazer voltar os dirigentes ao poder, tendo que concordar com a formação de um governo de transição<sup>8</sup>. E segundo Barros (2014, p.42), o golpe de abril de 2012

[...] constituiu um verdadeiro desafio à capacidade de ação dos atores da sociedade civil, os quais, apesar de algumas divisões, convergiram na reclamação do processo democrático. Neste sentido, foram desencadeadas manifestações públicas no país e na diáspora guineense que procuram superar lógicas de estruturação colegial, de reorganização ideológica e de autonomia de pensamento e financiamento orientado para a mobilização da sociedade enquanto um princípio da cidadania.

## 2.2 TEORIAS SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL

O processo de organização de Estados em blocos regionais teve o seu início depois da Segunda Grande Guerra (1939 - 1945), numa época em que os interesses econômicos e políticos comuns regia o sistema internacional. A ideia de uma nova ordem mundial era vista como um dos caminhos possíveis para estabelecer a paz Kantiana, a paz mundial. Então, o alcance da paz mundial se constitui, nessa época, o objetivo central da integração regional em bloco (SILVA, 2014, p. 12). E segundo Szucko (2007, p. 29), a ideia de integração regional conhecida hoje, nos remete a integração europeia que teve o seu início com a criação de Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1952, e com seus posteriores desdobramentos. Porém, o Diallo (2016) nos mostra que os arranjos do processo de integração regional africana são históricos, pois desde a época dos impérios africanos havia uma espécie de Tratado celebrado entre os impérios para se defender dos invasores europeus.

Segundo Herz & Hoffman (2004, p. 159) a integração Regional envolve dois conceitos, que é o da Integração e Região. De acordo com elas, uma região pode ser definida por critérios econômicos, socioculturais, político-institucionais, climáticos, entre outros, mas que sempre remetem a uma localidade territorial onde essas características ocorrem. Essa localidade pode ser geograficamente contínua ou não, e podem também sofrer mudanças ao longo do tempo, o que dificulta a determinação de certas fronteiras. Contudo, o que é

---

<sup>8</sup> RFI. Sociedade civil guineense critica comunidade internacional. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20170405-sociedade-civil-guineense-denuncia-passividade-da-comunidade-internacional>>. Acesso em: 23 out. 2019

importante destacar é que uma região tem sempre uma correspondência territorial. É nesta ótica, elas definem integração regional como um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional. As autoras classificam esses autores por meio de dois critérios:

Primeiramente, podem ser governamentais ou não governamentais, ou seja, serem representantes de governos, ou da sociedade civil. Em segundo lugar, podem ser nacionais, subnacionais ou transnacionais. Um exemplo de ator nacional governamental são os setores executivos dos Estados. Já entre os atores nacionais não governamentais, podem ser citadas federações nacionais de indústria, agricultura ou comércio e ONGs de abrangência nacional. Entre os atores subnacionais governamentais, encontram-se os governos estaduais e municipais, e entre os atores subnacionais não governamentais, ONGs regionais e federações estaduais de indústria, agricultura ou comércio. Um exemplo de ator governamental transnacional são as organizações transnacionais compostas por prefeitos ou governadores. Exemplos de atores transnacionais não governamentais são as ONGs internacionais e redes acadêmicas compostas por membros de dois ou mais Estados (HERZ & HOFFMAN, 2004, p. 160).

Nota-se que a definição dada pelas autoras, considera não somente o Estados como principal autor do sistema internacional, mas também outros atores não estatais. E nessa linha de pensamentos que as principais teorias de integração regional se firmam, apartando-se das teorias clássicas Estado-Cêntrica. Em síntese, algumas das principais teorias explicativas da integração regional são: funcionalismo, federalismo, intergovernamentalismo e o neoinstitucionalismo. Embora elas não explicam cabalmente os processos de integração africana, mas contêm elementos que podem ser percebidos nesse processo.

### **2.2.1 Federalismo**

O federalismo, segundo Panceri (2012), em seu início, é considerado mais como um projeto político ideológico do que uma teoria, isto por não haver um corte acadêmico claramente definido. Todavia, segundo o mesmo autor, estudos recentes procuram apresentar o referido pensamento de uma forma mais estruturada enquanto modelo científico. É nesta ótica que, para Silva (2014, p. 15), o Federalismo é uma ferramenta teórico que analisa o processo de integração a partir ponto de vista político, a partir de uma união dos Estados. O Federalismo teve como o cerne do seu pensamento o alcance e a preservação da paz, através da criação de novos Estados pela integração dos já existentes, geralmente com base regional e, em última instância, a formação de um Estado mundial (SARFATI, 2005). Essa ideia foi

herdada do filósofo Immanuel Kant (1724-1804) que já abordava a ideia de paz perpétua a partir de criação de uma federação de estados europeus. Ainda segundo o autor (SARFATI, 2005), os federalistas buscam entender a construção das federações como Estados Unidos, a Suíça e a ex Alemanha Ocidental, para tirar lições para a construção de um Federalismo maior na Europa Ocidental.

Para Silva (2014, p. 16), a teoria Federalista começou a ser explicado com mais força a partir da formação das primeiras comunidades europeias. O surgimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951, e com seus posteriores desdobramentos na formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) no cenário das Relações Internacionais, tiveram uma grande relevância política. A disposição dos Estados em cederem parte de sua soberania para o funcionamento dessas instituições, foi interpretada como uma demonstração de vontade para a criação de uma federação.

A grande expectativa federalista era a constituição de um Estado Federal, pautado pela centralização das competências políticas. E para os seus defensores, o Federalismo tem duas grandes vantagens.

A primeira delas refere-se à suposição de que uma organização federal preveniria a tomada do sistema por um grupo específico, como por exemplo, por um movimento nacionalista. O segundo benefício pauta-se na suposição de que os Estados federados se tornam mais fortes diante de ameaças externas, haja vista a conjugação de forças das partes (PANCERI, 2012, P.45-46).

Apesar de não seguir os mesmos moldes do federalismo europeu, o Federalismo africano proposto por Nkrumah reside na união de todos os Estados africanos com objetivo de se tornarem mais fortes contra as ameaças externas.

Uma das críticas levantadas ao Federalismo europeu, segundo Panceri (2012), refere-se à complexidade da construção de uma estrutura interpretativa coerente. Sendo, portanto, criticado como uma ideologia e não uma teoria. Outro ponto questionado tem a ver com a ideia da criação de uma Europa Federal a exemplo de outros modelos que têm realidades e objetivos diferentes.

### **2.2.2 Funcionalismo**

Funcionalismo é uma teoria que estuda a cooperação internacional em determinadas funções. A sua base está associada a grande obra de David Mitrany, “*A Working for peace system*”, publicada em 1943. Assim como os federalistas, o autor também teoriza sobre o fim

dos conflitos humanos, principalmente na Europa. A ideia de assegurar a paz na Europa no período pós-guerra, também norteou o pensamento funcionalista desta época. O funcionalismo preocupou-se em buscar respostas de pacificação por meio de idealismo, já que as doutrinas realistas de balanço de poder e segurança coletiva começavam a ser discutidas no período pós Segunda Guerra. Mitrany criticava a proposta idealista por tentar tocar na soberania jurídica sem mexer na soberania política. Seguindo essa lógica, para Mitrany, os Estados estariam apenas conectados moralmente, mas na prática, livres para se agredir (SARFATI 2005, p. 184).

Segundo Panceri (2012, p.47), Mitrany, diferentemente dos Federalistas, o ponto fundamental para a paz não seria a questão do tipo ideal de sociedade internacional sugerida pelos Federalistas (uma federação), mas sim indagações sobre suas essenciais funções. Para ele, as prioridades deveriam ser direcionadas às necessidades humanas ou ao bem-estar público ao invés da satisfação do Estado-Nação ou celebração de qualquer tipo de ideologia, pois o fruto disso é que levou a humanidade à duas Grandes Guerras.

Segundo Pinto (2007) e Sarfati (2005), o funcionalismo sugere que o ideal do governo mundial somente poderia ser alcançado se fosse reduzida a soberania política dos Estados, por meio de um processo de cooperação como *bottom up* (cooperação de baixo para cima). Ou seja, o desenvolvimento gradual da cooperação internacional em áreas técnicas e funcionais específicas, por meio de organizações internacionais, conduziria a um sistema mais próspero e pacífico. Isso implica que a medida que os Estados se cooperam em funções específicas, eles tendem a ceder as suas soberanias nessas funções e consequentemente aumentar o nível da interdependência. Assim, a interdependência originária das funções, funções cedidas em comum, possibilitaria o surgimento e consolidação de regimes e instituições internacionais, que por sua vez, garantiriam a paz entre as nações.

No caso da integração africana, a Nigéria teve igual opinião acerca de criação de organizações regionais como forma de criar uma consciência de interdependência entre os Estados antes de uma integração política do continente no seu todo. E foi a partir dessa proposta que se deu início da criação da CEDEAO e as demais organizações regionais do continente.

Segundo Silva (2014, p. 19), para a teoria funcionalista, a integração regional é resultado de três necessidades estatais, que dificilmente são alcançados de forma individual pelos Estados, mas sim através de organizações regionais revestidas com um caráter jurídico e mais habilitados do que os Estados: necessidade que os Estados têm de resolução dos problemas comuns, que só é possível alcançar a partir de processos de cooperação; a

necessidade de desenvolvimento em diversos setores; e por último, a necessidade que os Estados têm de alcançar e consolidar a paz.

A proposta principal desta corrente teórica, como já mencionado acima, configura-se na busca pela paz mundial, pela criação de uma densa rede de organizações com funções específicas, formando uma verdadeira organização supranacional. Nessa perspectiva, essa corrente teórica não só objetivava alcançar uma integração regional (união da Europa), mas também, objetivava uma união que alcançasse todos os Estados a nível mundial.

Por outro lado, segundo Sarfati (2005, p. 186), o Funcionalismo de Mitrany é considerado ultrapassado, segundo uma visão realista, pois considera que os indivíduos não dão a sua lealdade aos Estados porque eles desempenham diversas funções dentro do cenário internacional, mas sim, porque representam uma nação baseada na língua, cultura, território, etc. e também porque é o Estado que consegue manter segurança de sua população contra as ameaças externas. Uma outra crítica levantada pelo autor tem a ver com a questão de o funcionalismo transformar questões funcionais em questões técnicas, ou seja, tudo o que o Estado performa funcionalmente, pode ser transformada em questão técnicas que pode ser bem mais administrada em um nível internacional.

### **2.2.3 Neofuncionalismo**

O neofuncionalismo surgiu no final da década de 1950 e início dos anos 1960, a partir da teoria funcionalista, para explicar os avanços da integração europeia. Seus mentores foram Bernard Haas (1924-2003), Robert Owen Keohane (1941), Joseph Samuel Nye Jr (1937), Philippe Schmitter (1936) (SILVA 2014, p. 21). A teoria surgiu principalmente como forma de contributo ao trabalho de David Mitrany que, apresenta lacunas ao explicar o processo de formação da integração Europeia que ocorria naquele período. Segundo Mariano (1995), o neofuncionalismo surge na teoria das relações internacionais como um instrumento para entender a idéia das instituições internacionais que desempenham funções específicas dentro desse sistema.

Para os neofuncionalistas, a explicação para integração europeia explicava-se pela integração gradual de setores específicos, no caso econômico, que geram efeitos de transbordamento (*spillover effect*) para outras áreas. Ou seja, no caso europeu, a integração de aço e carvão levou a integração de outros setores que demandaram a criação de uma instituição supranacional comum, que por sua vez, demandou a transferência gradual de lealdade dos Estados.

*Spillover* é um conceito desenvolvido por Haas, que segundo Sarfati (2005, p. 187),

A lógica do *spillover* é que cada passo de integração funcional dispara um processo político que gera demandas por novos passos no processo de integração, portanto, os governos nacionais, a cada passo, são forçados a escolher entre ceder sua autonomia em mais uma função ou, em caso de recusa, colocar em risco os esforços de integração setorial consolidados. Assim, quanto mais setores são institucionalizados, cada vez se torna maior a necessidade de novas institucionalizações e, a essa altura, se os governos nacionais falharem em se mover para a frente, há também riscos enormes do custo da interrupção desse processo.

Segundo Szucko (2017, p. 31), a partir da década de 1970, o neofuncionalismo procurou elucidar o papel que as instituições internacionais desempenham no alcance e determinação dos resultados políticos e sociais. O autor ainda ressalta que, “a conclusão lógica da teoria neonacionalista sobre o *spillover* é a necessidade de criação de uma burocracia voltada para administrar as questões referentes à integração, de preferência com caráter supranacional”. A teoria entende que a presença das instituições internacionais no cenário mundial influencia muito o comportamento dos Estados, e fundamental para analisar a cooperação entre os Estados. Os neofuncionalistas acreditam que as instituições promovem cooperação e criam incentivos para que os Estados solucionem conflitos mediante regras, de padrões de conduta e de estruturas que regem o comportamento dos atores. Ou seja, o interesse e objetivos comuns entre os Estados os levariam à cooperarem. É nessa ótica de interesse que Haas (1964, p.710, apud, MARIANO, 2017, p. 55), identifica quatro motivações básicas para uma integração regional:

- a) desejo de promover a segurança numa dada região, realizando a defesa conjunta contra uma ameaça comum;
- b) promover a cooperação para obter desenvolvimento econômico e maximizar bem-estar;
- c) interesse de uma nação mais forte em querer controlar e dirigir as políticas de seus aliados menores, por meio de persuasão, de coerção ou de ambos;
- d) a vontade comum de constituir a unificação de comunidades nacionais numa entidade mais ampla.

A demanda por explicações acerca do surgimento de áreas de livre comércio na Ásia, América Latina e América do Norte, resultou a reestruturação do neofuncionalismo por pensadores como Philippe C. Schmitter, Stuart Scheingold e Joseph Nye, que queriam tornar o referido aporte um modelo explicativo para outros processos de integração e não o manter como um modelo explicativo para o caso europeu, como já estava sendo criticado. E, “*em função do surgimento dos blocos econômicos e do desenvolvimento das teorias de relações*

*internacionais, houve também uma apropriação por estas de princípios neofuncionais e sua releitura”* (PANCERI, 2012, p. 56).

Apesar do neofuncionalismo não apresentar um arcabouço que pode explicar cabalmente o caso africano, esta teoria apresenta elementos que podem ser observados na evolução da CEDEAO. A integração econômica inicial demandou o alargamento para outras áreas, como por exemplo o desenvolvimento e segurança sub-regional, desafios que se apresentaram logo depois da criação da organização. Esses desafios obrigaram os Estados-membros e reverem o tratado, em 1993, para incluir esses novos desafios que se apresentavam. E segundo Essien (2014), os rumos atuais das políticas da CEDEAO são consideradas de cópias de modelos europeus, razão pela qual há resistência de alguns países em termos de cumprimento das políticas da organização, como por exemplo a questão de livre circulação de bens e pessoas.

As críticas que se fazem ao neofuncionalismo, segundo Panceri (2012), é que essa teoria em função de falhas historicamente constatadas em suas hipóteses, seriam incapazes de explicar um processo de integração, tanto na Europa quanto comparativamente em qualquer outra região. Essa crítica é feita, segundo o autor, pelo Stanley Hoffmann, defensor da corrente intergovernamentalista.

#### **2.2.4 Intergovernamentalismo**

Segundo Silva (2014, p. 27), o intergovernamentalismo surgiu com uma abordagem das teorias neofuncionalistas e federalistas, isto porque a teoria parte do princípio que o Estado é o centro das Relações Internacionais. Stanley Hoffmann é tido como um dos primeiros pensadores da corrente, que surge num momento em que o neofuncionalismo dominava o debate acadêmico.

O Intergovernamentalismo é considerado uma teoria dominante entre os teóricos norte-americanos, e teve suas bases na teoria realista das relações internacionais, que é também uma teoria dominante entre os teóricos norte-americanos. As suas bases teóricas nos remetem à tradição realista herdada de Tucídides, marcada também fortemente pelo pensamento de Maquiavel e Hobbes. A sua sintetização ocorreu no livro de Hans Morgenthau, escrito após a Segunda Grande Guerra. Em sua obra *Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*, de 1948, Morgenthau ressalta o pessimismo que os realistas têm acerca da condição humana. Para os realistas o ser humano é ruim pela natureza, e busca somente a sua satisfação (PANCERI, 2012). De igual modo, os Estados como os principais

atores nos sistemas internacionais, regido por anarquia, tendem atuar com o único objetivo, a sua sobrevivência no sistema. Para os Realistas, as questões da política interna não são de relevância para determinar a política externa de um Estado.

Panceri (2012, p.59) mostra uma mudança a partir do surgimento da corrente neorrealista de Kenneth Waltz. Em seu livro *Teoria das Relações Internacionais*, este autor norte americano, presta especial atenção ao estudo sistêmico das relações entre os Estados. O autor afirma que as interações no ambiente externo entre os Estados não podem ser explicadas com referência a natureza humana, ou de acordo com as propriedades inerentes ao Estado, mas também deve-se levar em conta a estrutura desse sistema. Para este autor, o meio internacional é formado pelos autores que são formalmente e funcionalmente iguais, mas que em termos de recursos, eles se diferem, o que acaba influenciando o comportamento destes no cenário internacional. Sendo assim, surgimento de alianças e formas de cooperação é resultado de decisões racionais dos próprios Estados em busca de sobrevivência e compensação de recursos escassos.

Tanto para os realistas assim como para os intergovernamentalistas, o que importa para os Estados no cenário internacional, é a busca pela manutenção do poder e a satisfação do interesse nacional. Então, segundo eles, são os Estados é que ditam a direção e o ritmo do processo de integração regional. E para eles, os discursos da integração regional não podem enfraquecer a natureza soberana das nações, mas sim contribuir para o seu fortalecimento, integrando-as em uma realidade supranacional. E é nesse sentido esta corrente interpreta o “*processo de integração europeu como uma forma de fortalecimento dos Estados, mediante a recuperação de suas economias, para evitar o caos de uma nova guerra e, principalmente, como uma resposta ao ambiente de insegurança causado pela Guerra Fria*” (PANCERI 2012, p.60).

A Szucko (2017, p. 32) destaca o aspecto econômico como sendo primordial para os intergovernamentalistas. Essa corrente acredita que o interesse econômico é a principal força condutora da integração regional e as instituições só existem para satisfazer os interesses dos Estados. E como uma procura a satisfação do seu próprio interesse, o individual sempre acaba se sobrepor aos interesses comuns. Esses comportamentos, segundo a autora, é o reflexo das pressões tanto internas, de vários grupos da sociedade, quanto externas, oriundas do próprio ambiente internacional. E tudo isso acontece justamente porque as instituições internacionais não têm poder sobre a soberania dos Estados que a compõem.

Para que a integração regional aconteça, os intergovernamentalistas estabeleceram dois estágios importantes que esse processo deve seguir. No primeiro, os governos definem

internamente seus interesses nacionais que conduzirão suas ações no plano internacional. Posteriormente, no processo de negociação interestatal, inicia-se uma série de barganhas (SZUCKO 2017, p. 32). Desta forma, os intergovernamentalistas consideram análise de dois níveis como sendo importante para entender esse processo. No nível interno, os intergovernamentalistas procuram investigar a formação das preferências nacionais, que são visualizados mais claramente em consequência de uma interação entre Estado e sociedade; e no nível externo, examina o processo de barganhas intergovernamentais e foca na coordenação política entre os Estados no processo de integração (PANCERI, 2012; SZUCKO, 2017).

Referindo-se ao fenômeno da integração regional, a teoria intergovernamentalista não atribui nenhuma relevância a existência de estruturas supranacionais. Na visão dos intergovernamentalistas, os próprios Estados, a partir de uma estrutura de governos, podem levar a cabo o processo de integração regional (SILVA 2014, p. 29). A partir do exemplo europeu de integração, mostram que as instituições da União Europeia foram projetadas para fins específicos e são controladas por quem as criou, ou seja, os Estados, que é também o que se verifica nos casos africanos, em especial a CEDEAO.

Outra ideia apresentada para explicar as motivações de integração regional tem base nas ideias da teoria de escolha racional de Andrew Moravcsik. Essa teoria tem como base principal a ideia de que o processo histórico da integração europeu pode ser explicado a partir de uma série de escolhas racionais feitas por líderes nacionais. Na cooperação internacional observa-se que os Estados agem racionalmente na persecução dos seus interesses.

Como todas as outras anteriores, o intergovernamentalismo também não escapou de críticas. Uma das críticas tem refere-se há jogo de dois níveis usada para explicar como ocorre o processo de integração, baseada nos interesses dos Estados. Segundo Panceri (2012, p. 64), a crítica recai sobre a ideia simplista para explicar a quantidade de jogos realizados a nível da União Europeia. O reconhecimento de que os Estados jogam em dois níveis simultaneamente, bem como o reconhecimento de que existem diversos atores não estatais, levou esses críticos a considerarem jogos de múltiplos níveis para entender melhor o processo da integração regional.

Enquanto isso, na África, nas décadas de 50 e 60, os líderes africanos e a diáspora africana lutavam pela independência e ao mesmo tempo, debatiam os processos de criação e consolidação de estruturas supranacionais que lhes permitissem aguentar as pressões das metrópoles colonizadoras e encarar os desafios para a independência e pós independência. E

as contribuições pós-coloniais nos ajudam a entender melhor a história por detrás dos marcos das relações internacionais convencionais.

### 2.3 CONTRIBUIÇÕES PÓS-COLONIAIS PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os estudos pós-coloniais surgiram no século XX como uma ferramenta teórica e política de questionamento e ruptura com o legado teórico eurocêntrico de uma história única construída na base de interpretação da realidade europeia como universal. O etnocentrismo apoiado pelo capitalismo, foi capaz de construir, difundir e naturalizar inúmeros conceitos e pressupostos epistemológicos pelo mundo.

Por muito tempo os estudos pós-coloniais foram ignorados no âmbito das Relações Internacionais como disciplina, ficando assim ausente dos grandes debates teóricos do campo. Júnior & Almeida (2013), consideram que essa ausência pode estar ligada a duas razões fundamentais:

Por um lado, pelo fato de os estudos pós-coloniais estarem ligados aos chamados estudos culturais, encontram certa resistência em transcendê-lo; no entanto, articular-se com os estudos de economia política internacional é primordial para elaborar uma crítica ao capitalismo global. Por outro lado, a recusa por parte do establishment das TRI de postura eminentemente protecionista e conservadora, em reconhecer uma abordagem que, epistêmica e politicamente, subverte a maior parte - ou por que não dizer a totalidade - de seus pressupostos centrais (JÚNIOR & ALMEIDA, 2013, p. 6).

Os estudos pós-coloniais foram inaugurados por Aimée Césaire (1950), Frantz Fanon (1952), Albert Memmi (1965) e Kwame N’krumah (1970). E ganhou destaque por intermédio de Edward Said ao publicar, em 1978, sua obra clássica, *Orientalismo* (CASTRO, 2012). Nesse livro clássico, o autor examinou, “através da análise de discurso colonial, a produção do conhecimento e seu disciplinamento como fundamentais para justificar a dominação do Oriente pelo Ocidente” (Oliveira, 2017, p. 169). Esses estudos conquistaram espaços nas Relações Internacionais e outros campos acadêmicos a partir dos esforços desempenhados pelo Grupo de Estudos Subalternos indiano, que estavam interessados em revisar a história da Índia a partir de uma perspectiva pós-colonial, logrando da larga influência da historiografia contemporânea. A expansão dos estudos subalternos se deu em 1988, através da publicação do livro *Selected Subaltern Studies*, editado por Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak (NETO, 2017, p.4). E segundo Castro (2012, p. 391) o pós-colonialismo utiliza, entre outros métodos e matrizes científicas, a antropologia, a etnografia,

a literatura e as ciências sociais fora dos circuitos hegemônicos da academia. E Júnior e Almeida (2017, p. 6) apontam três orientações que demandam uma reconfiguração radical do corpo teórico e da prática política das Relações Internacionais: a revisão da história das Relações Internacionais, a subversão de conceitos centrais como poder e Estado- Nação e, por fim, o giro epistemológico na “geopolítica do conhecimento”.

Os estudos das Relações Internacionais estiveram estritamente ligados à realidade política internacional, tendo origem logo após a primeira Grande Guerra, emergindo claramente com o objetivo de evitar uma nova guerra na Europa, o que não conseguiu, dando lugar ao primeiro grande debate das RIs. Após a eclosão da segunda Grande Guerra, a vitória dos realistas sobre os idealistas era clara. E esses estudos visavam, sobretudo, fornecer bases teóricas que sustentam as análises do sistema internacional europeu e dos seus atores (OLIVEIRA, 2017).

Segundo Oliveira (2017), o próprio marco das relações internacionais é excludente, isto porque na altura que foi assinado Tratado de Vestefália, isto é, em 1648, é altura que se intensificava a corrida para exploração do continente africano. E essa outra parte da história que é ignorada nas relações internacionais é parte também da história do mundo contemporâneo.

A geografia do continente africano, tal qual se conhece hoje, foi desenhada a partir da de choque de interesses europeu no continente. As fronteiras africanas foram o produto de tentativa de resolução dos conflitos imperialistas europeus em África. Os interesses europeus falaram mais alto do que a própria vontade dos povos nativos, aliás, estes nem foram consultados quando da divisão, em fatias, do continente entre os europeus, apenas foram vistos como ferramentas para serem utilizados como máquinas de trabalho para produzir para as metrópoles colonizadoras. Muitos povos que eram unidos foram separados; e os que eram separados foram unidos. E como fruto desta situação, os limites fronteiriços ficaram um pouco desconexos para as realidades africanas, pois esses povos separados por fronteiras artificiais eram e ainda são conectados socialmente e culturalmente, e muitos possuíam laços familiares entre fronteiras, pelo que essas fronteiras artificiais não fazem sentidos para eles. Mbembe (2019, s/p)<sup>9</sup>, considera que “demarcação de suas fronteiras de acordo com as linhas coloniais transformaram o continente em um enorme espaço carcerário e fizeram de cada um

---

<sup>9</sup> MBEMBE, A. A ideia de um mundo sem fronteiras. Revista Serrote - Revista de ensaios do Instituto Moreira Salles. São Paulo, n.31, março de 2019. Disponível:<<https://revistaserrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-porachille-mbembe/>>. Acesso em: 01 de out. de 2019.

de nós um imigrante ilegal em potencial, impedido de circular salvo sob condições cada vez mais punitivas”.

E por outro lado, essas demarcações fronteiriças trouxeram muitos problemas no continente. As maiorias e minorias étnicas que antes detinham modos de organização social completamente distintos, entram em conflitos para deter a legitimidade do poder. E em alguns casos isso resultou em genocídio marcante, como foi a história dos Tutsis e Hutus em Ruanda. E essas divisões étnicas acirrada pela luta de poder levou muitos das lideranças que quisessem assumir o poder coabitasse com as antigas metrópoles colonizadoras como forma de conseguir apoios para se legitimar, ficando assim a soberania enfraquecida e sujeita às constantes interferências externas.

E referente a questão de integração regional africana, Diallo (2016) destaca a ideia de integração como uma prática histórica do continente, em especial na África Ocidental. Esses processos de integração se diferenciam largamente daquilo que foi a intenção da integração regional na Europa ou nas américas. Se, por exemplo, a integração europeia foi motivada pelas questões econômicas, segundo ele, a integração Regional africana serviu, no primeiro momento, como forma de enfrentar as forças externas, ou seja, lutar contra o colonialismo europeu no continente. E posteriormente serviu como um fator importante para alcançar o desenvolvimento socioeconômico cultural e político do continente.

#### 2.4 PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA

A ideia de integração regional africana contemporânea nos remete aos movimentos nacionalistas em geral e especificamente ao pan-africanismo, que através do seu plano de mobilização no âmbito externo e interno, serviu de base para reivindicar a independência política dos países africanos contra o jugo colonial ocidental, entre os anos de 1960 a 1970 (DUARTE, 2013). Segundo Diallo (2016, p. 244), o pan-africanismo pode ser definido como “aspiração dos negros da África e da diáspora que se identificam culturalmente por seu pertencimento à civilização negra e africana, que busca sua força na resistência plurissecular dos negros à escravidão e à colonização”.

Figuras como Henry Silvester Williams, Edward Wilmot Byden, W.E.D. Du Bois e Marcus Garvey promoveram vários encontros na década de 1900, com objetivo de fazer com que o mundo escutasse as vozes do povo negro, tanto na diáspora assim como no próprio continente. E segundo Duarte (2013, p. 4), desenvolveu-se na filosofia pan-africanismo, duas correntes na luta pela causa:

Por um lado, fortaleceu-se o Pan-africanismo Continental que seria a frente para o impulsionar da unidade dos estados e povos em África por via de uma união política ou da cooperação e, por outro, fortificou-se a Diáspora Pan-africana que retinha o âmago original do pan-africanismo ligado à solidariedade entre os negros e descendentes africanos que se encontravam fora do continente.

E para Diallo (2016), era esta a aspiração que se projetava sobre a unidade política regional e continental, sob forma de integração regional, como uma primeira projeção, e posteriormente dos Estados Unidos da África.

No continente africano, uma onda de acontecimentos protagonizados pelos pan-africanistas internos, acelerou o processo de independências dos povos africanos. Em 1945, pan-africanistas como Kwame Nkrumah, George Padmore e Julius Nyerere, lutavam pela justiça social, liberdade de expressão e pela democracia parlamentar para todo o continente (DUARTE, 2013, p.4). Em 1957, Gana se tornou o primeiro país africano a conquistar a sua independência, e Kwame Nkrumah foi o primeiro-ministro entre 1957 e 1960, e presidente entre 1960 a 1966. Essa conquista de impulsionou ainda mais a vontade do Kwame Nkrumah e outros pan-africanista a lutarem pela independência de todos os países africanos. O próprio Kwame Nkrumah afirmava que só se sentiria que o seu país era independente se o resto dos países africanos conquistassem o mesmo. Por essa razão se criou o secretariado de pan-africanismo para fortalecer a relação com todos os pan-africanistas. Este Secretariado foi crucial para posterior independência total africana e levou à União Política Continental entre 1958 e 1961.

O objetivo principal de Nkrumah era que todos esses países recém independentes formassem a União dos Estados da África, com base numa estrutura de poder centralizador (DUARTE, 2013). Para tal, se realizou diversas conferências com intuito de debater a ideia e colocá-la em prática. A partir dos Congressos Pan-africanos, em Kumasi (1953), Accra (1958), Monróvia (1959) e Addis Abeba (1960), percebeu-se que era importante a ideia dos Estados africanos se unirem contra os invasores coloniais para libertar os países que ainda estavam subjugados às potências colonizadoras. Lembrando que até nos finais de 1963, apenas 80% dos países africanos eram independentes, os restantes ainda estavam em processo, como por exemplo a Guiné-Bissau que começou a sua luta pela independência em janeiro de 1963. Porém, a ideia de uma federação, tal como foi proposto pelo Nkrumah, encontrou barreiras no seio dos próprios pan-africanistas, divididos em grupo de Monróvia e grupo de Casablanca.

O grupo de Casablanca, que era formada por uma minoria, eles defendiam a defesa de uma unidade política, sintetizada na fala do Nkrumah como: “*Procurai primeiro o reino*

*do político, e todo o restante lhe será dado*” (BARBOSA, 2015, p. 20). A ideia do Nkrumah era baseada na defesa do continente e no restabelecimento dos valores culturais africanos. Os países que apoiaram essa ideia foram: Gana, Guiné, Egito, Mali, Sudão, Marrocos, Líbia, Tunísia e o governo argelino no exílio.

O grupo de “Monróvia, que era a maioria formado por pelo Congo, Senegal, Costa do Marfim, República Centro-Africana, Etiópia, Mauritânia, Benim, Gabão, Níger, Alto Volta, Chade, Madagascar, Camarões, Libéria e Serra Leoa ”, apresentaram resistência a ideia tal qual o Nkrumah propunha, pois como líderes de países recém independentes, não queriam abdicar da sua autonomia adquirida em tão pouco tempo, por isso defendiam uma confederação mais “maleável” (BARBOSA, 2015), que favorece o intercâmbio de cooperação voluntária no âmbito de interação econômica e cultural. Eles eram inflexíveis no tocante ao respeito pela soberania e a integridade territorial de seus Estados, pois foram sempre desconfiados nos interesses de certos líderes de países do grupo de Casablanca na ingerência nos assuntos internos. O grupo de Monróvia tinha como testas de ferro N. Azikiwe, da Nigéria, L. Senghor, do Senegal, e Félix Houphouet Boigny, da Costa do Marfim (BARBOSA, 2015, p.18), chamados de defensores de pan-africanismo minimalista.

A Nigéria, que era um dentre os países que contestava o modelo de integração proposto por Nkrumah, acreditava que uma eventual união política africana deveria ser precedida por uma união econômica, que por sua vez deveria passar por diferentes estágios, começando por uma cooperação e coordenação funcional até atingir o mercado comum. Essa ideia devia a dois motivos principais:

Primeiramente, à cooperação de uma eventual união política demandaria a percepção dos participantes de sua interdependência, o que, na década de 1960, em que os países francófonos e anglófonos se viam como mundos completamente diferentes, era inexistente. Em segundo lugar, a pretensão nigeriana de estabelecer-se como a grande potência industrial africana, o que seria possível apenas em um contexto de integração regional, mas que demandaria um maior desenvolvimento da capacidade produtiva do país (OLIVEIRA, 2012, p. 76).

Havia uma forte pretensão nigeriana por uma integração econômica regional, como forma de aumentar a interdependência dos países africanos, ideia que acabou por ser acolhida na Conferência de Estados Africanos Independentes, organizada em 1962, em Lagos, capital da Nigéria, e contou apenas com a participação dos membros do grupo de Monróvia. A Nigéria conseguiu convencer os membros a aprovarem uma resolução que lançava bases para criação de um Mercado Comum Africano. E por meio de uma campanha, também conseguiu criar, em 1963, o Banco Africano de Desenvolvimento.

Por outro lado, apesar das divergências ideológicas entre os pan-africanistas, foi criado em 25 de Maio de 1963 em Addis Abeba, Etiópia, por assinatura de 32 governos de países africanos independentes, a Organização da Unidade Africana (OUA), pondo fim às iniciativas exclusivamente políticas, avançando para a criação de uma organização de cooperação regional que privilegiasse os objetivos econômicos. Além de ser uma ferramenta para combater o colonialismo, ela também serve como meio de expressar a solidariedade entre os países africanos (SILVA, 2015, p. 26). Em 2002, a organização mudou, e passou a ser chamado de União Africana (UA).

Na ótica de promover iniciativas de integração regional como meio de fortalecer a integração do continente no seu todo, foi possível criar vários blocos regionais, dentre os quais, a CEDEAO, uma iniciativa da Nigéria, abraçada por restantes países que a compõem, entre os quais, a Guiné-Bissau.

### **3 CAPÍTULO 2: CEDEAO: CRIAÇÃO E RELAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU COM A ORGANIZAÇÃO**

Neste capítulo fez-se uma análise histórico e documental das relações políticas, econômicas e comerciais do país com a CEDEAO, observando as prioridades estabelecidas dentro desses documentos. Também pode-se perceber o nível de fluxos comerciais da Guiné-Bissau com a própria organização.

#### **3.1 CRIAÇÃO E ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU À CEDEAO**

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), foi criada com intuito não só de fortalecer o processo de integração do continente no seu todo, mas também pela tentativa de superar o isolamento da maioria dos países africanos depois da independência. Lembrando que após o período colonial, muitos desses países mergulharam numa enorme crise social e financeira. Muitos líderes africanos desses países recém independentes, para chegarem ao poder e se manterem, tiveram que recorrer ao apoio das antigas metrópoles colonizadoras, que ainda mantiveram o monopólio do poder político no país. E devido às constantes crises, principalmente financeiras e de legitimação do poder, os líderes que chegavam ao poder pela ajuda da metrópole, tiveram que se colocar às vontades desse, que por sua vez, sugava os recursos desses países em troca de apoios (OLIVEIRA, 2012).

Por outro lado, as fronteiras artificiais criadas a partir da Conferência de Berlim (1884-85) e o fraco crescimento econômico dos países depois das independências, a ideia de desenvolvimento isolado não era o caminho aconselhável para esses novos Estados seguirem, isso porque havia países com territórios geográficos pequenos e outros sem saída para o mar, elemento fundamental para o desenvolvimento das atividades econômicas e comerciais com outros países do resto do mundo. Portanto, acreditava-se que os arranjos regionais de integração políticas e econômica, como a CEDEAO, eram muito importantes para aumentar o poder de barganha da região frente à Europa e o resto do mundo, trazendo benefícios econômicos para todos.

A tentativa de criar a organização regional esbarrou-se na interferência direta das metrópoles colonizadoras, como por exemplo a França e a Inglaterra, que tinham objetivos de manterem o monopólio econômico e político da região. Como fruto dessa interferência, 8 dos 15 Estados-membros da CEDEAO, dentre os quais a Guiné-Bissau, fazem parte da União

Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), uma organização criada por influência da França, que compartilha a moeda única, o Franco CFA (CARVALHO, 2016). Só depois de várias ações diplomáticas levadas a cabo pelo governo nigeriano, apoiadas pelo Togo e os demais Estados a favor, é que foi possível chegar a um entendimento entre os países anglófonos e francófonos, e conseqüentemente foi possível a criação da CEDEAO. É de salientar que a Guiné-Bissau participou na elaboração, discussão e posterior aprovação do Tratado da criação da CEDEAO, criada oficialmente em 28 de maio de 1975 por 15 Estados-membros (Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Marrocos, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo) (SILVA, 2015). O Tratado entrou em vigor no mesmo ano, após a sua ratificação por sete Estados, dentre os quais a Guiné-Bissau. E desde a sua criação houve apenas duas mudanças entre os membros: a entrada de Cabo Verde em 1976 e a saída da Mauritânia em 2000 (ESSIEN, 2014).

Os países Estados-membros ocupam uma extensão territorial de 6,1 milhões de Km<sup>2</sup> e são bastante heterogêneos demograficamente. A Nigéria por exemplo tem 923 763 km<sup>2</sup> e Cabo Verde, 4 033 km<sup>2</sup>. Alguns têm rendimento muito baixa e outros um pouco mais estabilizados; outros mais populosos, como é o caso da Nigéria com aproximadamente 168 milhões de habitantes, e outros menos populosos, como é o caso de Cabo verde com mais de 500 mil habitantes. A grande maioria da população que compõe essa organização regional vivem abaixo da linha da pobreza (FERNANDES et al, 2011).

**Figura 2** - Mapa dos países que fazem parte da CEDEAO



Fonte: [https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2014/11/CEDEAO\\_ECOWAS\\_MAPS\\_fr.html](https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2014/11/CEDEAO_ECOWAS_MAPS_fr.html)

A organização regional tem por objetivos promover a cooperação e o desenvolvimento em todas as esferas da atividade económica, para elevar o padrão de vida

de seus povos, para manter e aumentar a estabilidade econômica, reforçar as relações entre os Estados-Membros e contribuir para o progresso e desenvolvimento do continente africano (TRATADO CEDEAO, 1993).

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos no mesmo tratado, as ações da comunidade foram divididas em etapas:

a) harmonização e coordenação das políticas nacionais e promoção de programas, projetos e atividades, principalmente nos campos agricultura e recursos naturais, indústria, transporte comunicações, energia, comércio, moeda e finanças, tributação, reforma econômica, recursos humanos, educação, informação, cultura, ciência, tecnologia, serviços, saúde, turismo, justiça;

b) harmonização e coordenação das políticas de proteção ao meio ambiente;

c) promover a criação de empresas de produção conjunta;

(d) a criação de um mercado comum através de: (i) liberalização do comércio pela eliminação entre Estados Membros, direitos aduaneiros de importação e exportação bens e a abolição, barreiras não-tarifárias para a criação de uma zona franca de intercâmbio a nível comunitário entre Estados-Membros; (ii) o estabelecimento de uma tarifa externa comum e uma política comercial comum em relação a países terceiros; (iii) a remoção entre os Estados-Membros de obstáculos à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, bem como os direitos de residência e estabelecimento.

(e) a criação de uma União Econômica através da adoção de políticas comuns nos campos da economia, finanças, assuntos sociais e cultural e a criação de uma união monetária;

(f) promoção de joint ventures por organizações setoriais operadores privados e outros operadores económicos, em particular com a conclusão um acordo regional sobre investimentos transfronteiriços;

(g) adoção de medidas para promover a integração do setor privado, incluindo a criação de um ambiente para promover pequenas e médias empresas;

(h) a criação de um ambiente legal favorável;

(i) a harmonização dos códigos nacionais de investimento conducentes a adopção de um único código comunitário de investimento;

(i) harmonização de normas e medidas;

(k) promover o desenvolvimento equilibrado da região, concedendo atenção aos problemas específicos de cada Estado-Membro, em particular àqueles dos estados membros sem litoral e dos estados insulares;

(1) promover e fortalecer os relacionamentos e a circulação de informação especialmente entre populações rurais, organizações de mulheres e jovens, organizações sócio profissionais como associações de mídia, mulheres e mulheres de negócios, trabalhadores, jovens e sindicatos;

(m) a adoção de uma política populacional comunitária que leva em conta a necessidade de equilibrar os fatores de desenvolvimento demográfico e socioeconômico;

(n) a criação de uma cooperação, compensação e desenvolvimento;

(o) Quaisquer outras atividades que os Estados-Membros possam decidir empreender conjuntamente a qualquer momento, a fim de alcançar os objetivos da comunidade.

Em 1993 o Tratado foi revisto. Porém, a revisão não só reafirmou o Tratado 1975 como também reconheceu os desafios com que teriam de se confrontar. Essien (2014) traz em resumo os desafios agregados pelo Tratado revisto. Segundo o autor, além de alargar a cooperação econômica e política entre os Estados-Membros, o Tratado também atribuía formalmente à Comunidade a responsabilidade de prevenir e resolver os conflitos regionais.

Relativamente às questões de segurança que foram umas das preocupações incluídas como prioridade nesse Tratado Revisto, o Fernandes (2011) nos mostra que isso já era uma questão que preocupava a organização desde os primórdios. Segundo ele os golpes militares e impasse político que se ocorreram no período pós independências na região, aguçaram as preocupações da CEDEAO que, a partir de 1990, sob a liderança nigeriana, criou um Comité Permanente para revisar o Tratado. Os trabalhos começaram em 1991 e foram terminadas em 1993 com a sua adoção pelos Estados-Membros em Cotonou, no Benim, a 24 de julho de 1993 (ESSIEN, 2014; FERNANDES, 2011).

E foi também em 1990 que se criou a *Economic Community of West African States Monitoring Group* (ECOMOG), como mecanismo de resolução de conflitos e força de acompanhamento da paz, uma iniciativa dos chefes de Estado da organização que demonstrava a preocupação com relação às questões de segurança na região. A ECOMOG atuou diretamente nos conflitos de Libéria (1989-1990), Serra Leoa (1990) e Guiné-Bissau (1998) em busca da paz (SILVA, 2015).

Como já foi dito acima, a Guiné-Bissau foi um dos Estados que participou do processo de elaboração do Tratado, e foi um dos 7 primeiros Estados a assinar e ratificar o Tratado. Porém, como já pode ser notado nas crises acima descritas, o desafio crônico da estabilidade política e governativa do país, relacionadas às questões de segurança, constituíram também uma das preocupações da comunidade.

Apesar de mostrar-se preocupado com a questão da segurança sub-regional, a CEDEAO buscou impulsionar a parte econômica do bloco, elaborando e implementando projetos para dinamizar as atividades econômicas dos Estados-membros, bem como criar fundos para o funcionamento dos projetos e da própria organização. Fernandes (2011) nos traz com clareza, os arranjos feitos pela organização para impulsionar as atividades econômicas da região. Segundo o autor,

Com o objetivo de reforçar os recursos financeiros do Fundo através da abertura de capital para os parceiros não regionais, na Conferência de Estados e Governos realizado entre 9 e 10 de dezembro de 1999, decidiu se transformar o Fundo de Cooperação Compensação e Desenvolvimento numa sociedade *holding* regional denominado Banco Investimento e desenvolvimento (BIDC) da CEDEAO com duas filiais especializadas: Fundo Regional de desenvolvimento da CEDEAO (FRDC) e o Banco Regional de Investimento da CEDEAO (BRIC). Entretanto, com vista a favorecer a concentração das atividades do Grupo BIDC de forma a racionalizar suas despesas operacionais, a conferência de Estados e Governos, de 14 de junho de 2006, decidiu sua reorganização numa estrutura única. Este novo formato do BIDC começou a funcionar em 2007, e as reformas estruturais e estratégicas antes mencionadas permitiram o BIDC cumprir com a missão que lhe foi atribuída pela CEDEAO (FERNANDES, 2011, p.159).

E ainda em dezembro de 1999, CEDEAO deu início ao programa de convergência macroeconômica visando a criação de uma Zona Monetária Única na África Ocidental, um projeto ainda por concretizar. A CEDEAO também trabalha na construção de parcerias com outras organizações regionais do continente e fora do continente. E no âmbito dos acordos de parceria econômica, a organização está em negociações comerciais muito avançada com a União Europeia (CEDEAO, 2013).

Apesar de gozar de uma certa vantagem em termos de avanços de integração a nível do continente africano, o nível de comércio entre os países membros da comunidade ainda deixa muito a desejar, e isso pode ser observado na análise abaixo sobre os fluxos comerciais da Guiné-Bissau com os países integrantes do grupo desde 1998 (LUSOFONIA ECONÓMICA, 2014).

### 3.2 HISTÓRIA DAS RELAÇÕES POLÍTICAS, ECONÓMICAS E COMERCIAIS DA GUINÉ-BISSAU COM A CEDEAO

A história das relações do país com a CEDEAO parece estar atrelada às questões políticas e de seguranças, já que desde a sua independência o país vive num clima de

constante instabilidade política e governativa, resultantes de golpes de Estado e crises políticas.

As fragilidades provocadas pelas constantes crises internas do país têm sido a grande preocupação da CEDEAO. As agendas das Sessões Ordinárias e extraordinárias do período em análise (1998-2018) refletem claramente essa preocupação. Três assuntos marcaram fortemente a agenda: mediações das crises, reforma no setor da defesa e segurança e assistência financeira ao país para a concretização do plano da reforma e alavancar a economia. No entanto, se analisarmos os principais acordos existentes entre a CEDEAO e a Guiné-Bissau, conclui-se que há mais acordos nas áreas de desenvolvimento econômico e comercial do que na defesa e segurança. Porém, as questões referentes política e segurança mereceram mais atenção do organismo durante esses 20 anos.

Quadro 1 - Protocolos de acordos da CEDEAO com a Guiné-Bissau

<b>Situação da Guiné-Bissau face aos acordos e protocolos existentes na CEDEAO</b>	
<b>Tipo de Acordo</b>	<b>Âmbito e Descrição do Acordo</b>
Protocolos da CEDEAO Assinados pela Guiné-Bissau	1. Protocolo sobre democracia e boa governação;
	2. Protocolo relativo à definição do conceito de produtos originários dos Estados-membros da CEDEAO;
	3. Protocolo relativo à aplicação de compensação pela perda de rendimentos tida pelos;
	4. Protocolo relativo ao mecanismo de prevenção, gestão, resolução, manutenção da paz e segurança;
	5. Protocolo relativo à forma e estabelecimento de Empresas na CEDEAO;
	6. Protocolo relativo à livre circulação de pessoas, direito de residência e estabelecimento;
Outros Protocolos Da CEDEAO (sem Informação disponível Sobre a efetiva assinatura Pela Guiné-Bissau)	7. Protocolo sobre a Energia;
	8. Protocolo relativo à definição da condição dos Cidadãos da CEDEAO;
	9. Protocolo relativo ao Fundo de Cooperação, Remuneração e Desenvolvimento da CEDEAO;
	10. Protocolo relativo à reexportação dentro da CEDEAO de bens importados de países terceiros;
	11. Protocolo de avaliação da perda de receita dos Estados-membros da CEDEAO

Fonte: Quadro retirado de relatório da ANEME (2018, p.27), mas com pequena alteração relativamente às informações sobre os protocolos já assinados

Entretanto, duas crises marcaram a presença das forças de interposição da CEDEAO no Guiné-Bissau. A primeira foi durante o conflito armado que assolou o país em 1998. A CEDEAO junto com a ONU e CPLP, estiveram diretamente envolvidos nas negociações de paz. A CEDEAO conseguiu fazer com que as partes envolvidas no conflito assinassem acordos para o fim dos conflitos.

E empenhados em alcançar a paz no país, a CEDEAO, na sua 21ª sessão da Conferência dos Chefes de Estado e do Governo da Comunidade, decidiu enviar uma força de interposição da ECOMOG (o braço armado da CEDEAO) para manter a paz na Guiné (MENDES, 2008).

O segundo que marcou, mais uma vez, a presença das forças de estabilização da CEDEAO, foi o golpe de Estado de 12 de abril de 2012. A partir dessa crise e também da crise no Mali, ficou nítido a preocupação da organização quanto às questões de segurança na sub-região. A CEDEAO enviou forças de interposição para Guiné-Bissau e Mali, dois países que sempre marcaram as agendas de segurança da organização nos últimos anos.

A decisão de enviar as forças de interposição da CEDEAO - a ECOMIB, para a Guiné-Bissau, ocorreu na sessão extraordinária, organizada em 26 de abril de 2012 em Abidjan, capital de Nigéria. A Sessão foi convocada pela CEDEAO para debater as questões de segurança na Guiné-Bissau e Mali. O principal objetivo desse contingente enviada a Guiné-Bissau era: promover a paz e a estabilidade com base no direito internacional, na carta das Nações Unidas, do tratado da CEDEAO e no protocolo sobre prevenção de conflitos daquela organização.

De salientar que o envio dessa força tinha sido recusado pelas forças armadas guineenses, que não queriam a volta dos governantes depostos ao poder. Pois inicialmente, o envio dessa força seria para garantir a volta, ao poder, do primeiro-ministro e presidente depostos<sup>10</sup>.

Como forma de solucionar as constantes crises que têm assolado o país e influenciado as agendas de segurança, a CEDEAO decidiu, junto com o Estado da Guiné-Bissau, construir um plano de reforma para o setor da defesa e segurança, prorrogando também, por várias vezes, o mandato da ECOMIB, com o objetivo de apoiar o processo. E pode-se dizer que o golpe de Estado de 12 de abril de 2012, contribuiu muito na aceleração do processo de

---

<sup>10</sup> DW. CEDEAO diz que militares guineenses merecem resposta firme. Disponível em:<  
<https://www.dw.com/pt-002/cedeo-diz-que-militares-guineenses-merecem-resposta-firme/a-15926998>>.  
Acesso em: 17 jan. 2020.

implementação do programa de reforma no setor da defesa e segurança, acordada entre o governo e a CEDEAO.

Estabelecendo como prioridade, em sua sessão ordinária de 19 de janeiro de 2005 e reforçada em sua sessão extraordinária de 17 de Setembro de 2010<sup>11</sup>, a reforma no setor de defesa e segurança e desenvolvimento econômico, e entendendo que o processo de reforma não poderia ser concretizado sem o apoio financeiro necessário, a CEDEAO decidiu mobilizar fundos junto aos membros e parceiros bilaterais, organizando conferência sobre o assunto. E em sua sessão ordinária de 23 e 24 de março de 2011, realizada em Abuja, os Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO endossaram as recomendações do da 28ª Sessão do Conselho de Mediação e Segurança validou o roteiro conjunto de a implementação do Programa de Reforma no Setor de Defesa e Segurança (PRSDS). Consequentemente, a conferência decidiu alocar, no recursos próprios da Comunidade, um montante de 63 milhões de dólares para cobrir as ações prioritárias do programa relacionadas, em particular (i) ao arranque de fundos de pensões e operações iniciais de desmobilização, reciclagem e reintegração socioeconômica (ii) a implantação de uma equipe de assistência técnica de segurança com vistas a fortalecer e treinar equipes nacionais para a proteção de instituições e VIPs, contribuir para a proteção da Comissão Nacional de Inquérito e para o estabelecimento de um programa de proteção a testemunhas (CEDEAO, 2011).

De salientar que, 5 das 14 sessões extraordinárias realizadas durante o período em estudo (1998-2018), foram dedicadas exclusivamente para discutir as questões relacionadas à segurança na Guiné-Bissau e Mali, países com fortes conflitos internos. E duas dessas foram dedicados exclusivamente para debater a situação da Guiné-Bissau.

E por outro lado nos 22 das 23 sessões ordinárias realizadas dentro desse período reforçam o exposto acima. A guiné Bissau sempre apareceu na sessão dedicada à segurança regional, com as preocupações explícitas em reformas no setor da defesa e segurança. Acrescentadas a estas questões, também apareceram as questões de apoios pontuais às eleições organizadas dentro desse período de 20 anos, e pequenas indicações de preocupações relativas às questões de desenvolvimento econômico.

Os apoios não se limitaram apenas às reformas, apesar deste parecer constituir o centro das atenções na agenda da CEDEAO, mas também os apoios técnicos e financeiros foram estendidos para às organizações das eleições após crises.

---

<sup>11</sup> Essa sessão foi dedicada exclusivamente para debater as questões da Guiné-Bissau, relacionadas com segurança, iniciativas para a reforma no setor de defesa e segurança e a mobilização dos parceiros para apoiar a reforma (CEDEAO, 2010).

No âmbito de apoio ao desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau, a CEDEAO procurou junto aos seus membros e parceiros bilaterais apoios para os programas de desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau. Em razão disso, abriu um escritório para o representante oficial do secretário executivo da organização no país, visando ajudar o Governo em estreitar a colaboração com os outros parceiros (CEDEAO, 2005).

Na sua sessão ordinária, realizada em julho de 2014, em Acra, decidiu criar um fundo de emergência para apoiar a Guiné-Bissau, e pediu que todos os membros colaborassem nesse sentido. E ainda decidiu apoiar a mesa redonda proposta pelo Estado guineense, usando a sua influência junto aos parceiros doadores (CEDEAO, 2014). A mesa redonda foi realizada em 25 de março de 2015, sob o governo de Domingos Simões Pereira, o Primeiro-ministro, e foi arrecadado um valor histórico de mais de 1 bilhão de euro. O programa “Terra Ranka” apresentado como proposta, tinha uma pretensão de conseguir cerca de 427 milhões de euro, mas acabou extrapolando o valor.

Apesar do grande esforço por parte do Governo guineense e da CEDEAO em realizar a mesa redonda, o Estado guineense não conseguiu saborear bem o gosto dessa vitória. E como já mencionamos acima, a demissão do governo de Domingos Simões Pereira em agosto do mesmo ano colocou o país numa profunda crise política e institucional, impossibilitando o desbloqueio da maior percentagem do dinheiro arrecadado para implementação dos programas de desenvolvimento.

O impasse gerado boicotou o funcionamento do parlamento e das instituições em geral por mais de 3 anos e só foi possível voltar ao normal funcionamento através do acordo assinado na sessão extraordinária da CEDEAO dedicada à resolução dessa crise. A sessão foi realizada no dia 14 de abril de 2018 em Lomé, Togo (CEDEAO, 2018). O primeiro acordo assinado no dia 14 de setembro de 2016 em Conakry não teve sucesso, razão pela qual a organização decidiu tomar medidas muito mais sérias, como por exemplo sancionar autores que estavam criando dificuldades para encontrar saídas para o fim da crise política e institucional<sup>12</sup>. De salientar que dentro desse período de impasse o presidente nomeou e demitiu 7 primeiros-ministros por falta de consenso entre os partidos políticos com assento parlamentar. Só a partir do acordo de Lomé foi possível nomear um novo primeiro-ministro, neste caso o senhor Aristides Pereira do PAIGC, com o objetivo prioritário a organização das eleições legislativas. E para esse pleito eleitoral a CEDEAO desbloqueou cerca de 2 de

---

<sup>12</sup> No dia 5 de Fevereiro de 2018, a CEDEAO castigou algumas personalidades civis, figuras políticas guineenses e altos titulares de órgãos públicos, por serem acusados de atrasar a resolução do impasse político que a Guiné-Bissau atravessa há mais de 3 anos.

milhões de dólares, e a UEMOA 1 milhão, para cobrir uma parte das despesas dessas eleições<sup>13</sup>. De salientar que durante esses três anos de crise, a sociedade civil e a populações em geral promoveram diversas manifestações para pressionar a CEDEAO a resolver a crise que era vivida no país<sup>14</sup>.

E diferentemente das outras crises que o país enfrentou, a crise iniciada em 2015 não teve interferência direta dos militares. E quando começou tinha-se o medo dos militares envolverem e da crise tomar outros rumos que poderiam ser piores para o país. Esse sinal parece mostrar que o centro das atenções das crises internas guineense está se deslocando mais para a área política do que segurança. Talvez tudo isso seja resultado das sanções que ainda pairam sobre a vida dos militares, ou a presença das forças da CEDEAO (ECOMIB), ou ainda o início do processo de reforma no setor da defesa e segurança. Talvez um estudo mais aprofundado sobre o assunto poderá indicar o que conduziu a esse fato histórico.

A partir da crise de 2012 e 2015, passou-se a perceber a presença mais forte dos grupos de contato e missões de mediação da CEDEAO, atrelados a resolução das crises políticas e institucionais.

E por outro lado, nos momentos fortes das crises, a CEDEAO não só se preocupou em resolver os problemas, focando apenas nas questões de segurança, mas também articulou com os Estados membros assistências ao governo da Guiné-Bissau. Em outros casos, apelou à comunidade internacional para relaxar as sanções aplicadas contra o país, a fim de reduzir o sofrimento da população.

E apesar dos esforços em colaborar com o Estado guineense para pôr fim às constantes crises, há críticas que se fazem sobre possíveis interferências dos outros Estados membros da CEDEAO no país. Como mencionado acima, quando ocorreu o golpe de Estado de abril de 2012, o primeiro Ministro Carlos Gomes Júnior disse ter mão suja de outros países no golpe que sofreu. E a forma como foi resolvida a situação não agradou a sociedade civil guineense, pois a CEDEAO não conseguiu reverter o golpe. E essas crises abalaram profundamente as instituições do Estado, impossibilitando implementações de projetos e programas de desenvolvimento económico e social. E contrário ao que se verifica na área

---

<sup>13</sup> RFI. Guiné-Bissau: levantadas sanções da CEDEAO. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20180801-cedeo-retira-19-sancoes-impostas-aos-cidadaos-guineens>>. Acesso em 24 de nov. 2019.

<sup>14</sup> RFI. Sociedade civil guineense critica comunidade internacional. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20170405-sociedade-civil-guineense-denuncia-passividade-da-comunidade-internacional>>. Acesso em: 23 out. 2019.

política e segurança, a área econômica não reflete as mesmas preocupações por parte da CEDEAO.

Considerada um dos mais avançados processos de integração regional africana e segundo PIB do continente com 24% (AUP/OCDE, 2018), a CEDEAO, tanto quanto os outros organismos regionais do continente, parece deixar muito a desejar quando se observa o fluxo comercial dentro do bloco. A realidade econômica da região tem se caracterizado pela baixa complementaridade entre suas economias, bem como pela sua economia de base primária e voltada para o sector externo, em que tem sido predominante as exportações agrícolas e minerais e importações de bens industrializados da Europa. No entanto, segundo o relatório conjunto da Comissão da União Africana (AUP) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),

A região continua a estar exposta a eventos climáticos que afetam a produção agrícola, bem como a variações nos preços internacionais das matérias-primas. A atividade econômica concentra-se na maior economia da região, a Nigéria, que representa 77% do PIB total e 52% da população da África Ocidental. A atividade tem-se revelado também sustentada em países como a Côte d'Ivoire e o Senegal, mas continua a ser muito fraca, ou até negativa, noutros países (AUP/OCDE, 2018, p. 207).

E segundo o mesmo documento acima citado, os países da CEDEAO exportam produtos com forte procura mundial. E, 75.3% continuavam a ser produtos não transformados. Assim, o petróleo e o betume representam 81% das exportações da Nigéria e o cacau 48% das exportações da Cote d'Ivoire, enquanto o comércio externo do Gana é composto principalmente por petróleo (32.5% das exportações), cacau e ouro (ambos 20%) (AUP/ OCDE, 2018).

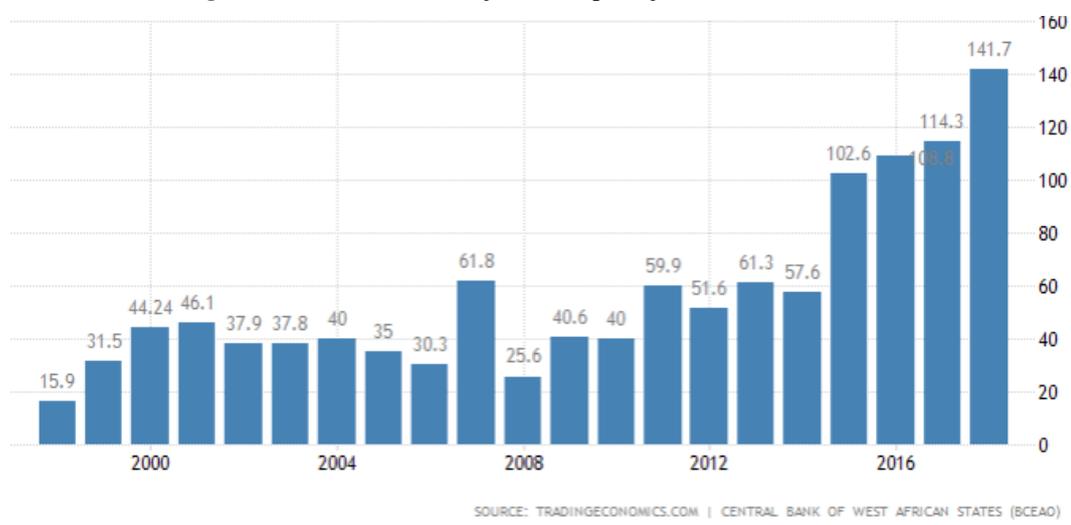
Configurando-se entre os países menos conectados, por vias marítima, com o resto do mundo, a Guiné-Bissau é um dos países da CEDEAO que menos exporta ou que tenha uma exportação quase insignificante dentro do mercado. A Guiné-Bissau assim como a maioria dos países da região, não possui indústrias de transformação, o que condiciona a exportação, em bruto, do seu principal produto de exportação, que é a castanha de caju. Cerca de 98% de exportação de castanha de caju tem como destino, o mercado indiano. Segundo Sambu (2015), a castanha de caju representa entre 88% e 90% da receita total de exportação entre 1999 e 2007. E segundo o relatório da FMI (2017) mostra que essa tendência se manteve. O país continua exportando cerca de 98% da castanha de caju bruto para Índia.

E ainda segundo o mesmo relatório, a integração comercial com o resto da região sofreu atrasos consideráveis. Em primeiro lugar, poucas empresas da Guiné-Bissau exportam

para a região devido à baixa complementaridade comercial. Em 2016, 85.3% das exportações foram de caju em bruto, das quais mais de 90% destinadas ao resto do mundo, fora do continente africano. E beneficiando de uma forte procura e de preços favoráveis, as exportações aumentaram de 15.5% para 25.8% do PIB entre 2014 e 2015, uma tendência confirmada em 2016 (26.2%). E hoje a castanha de caju contribui cerca de 10% do total do PIB do país. A Guiné-Bissau é atualmente o oitavo maior exportador mundial da castanha de caju, com 2,9% do total das exportações mundiais (OCED, 2017). Além de castanha de caju, a Guiné-Bissau também exporta madeira e algodão para o mercado português e chinês, mas estes representam apenas 1% das exportações; e também exporta peixes, mas estatística deste último não consta na estatística oficial dos exportados, porque os pescados tomam a nacionalidade dos navios que os capturam, independentemente do lugar onde foram capturados. Um dos principais pescadores que navega nos mares da Guiné-Bissau é a União Europeia (UE) (OCDE, 2018).

O gráfico abaixo mostra o nível de crescimento nas exportações do país nos últimos 20 anos.

**Figura 3** - Gráfico de evolução das exportações da Guiné-Bissau



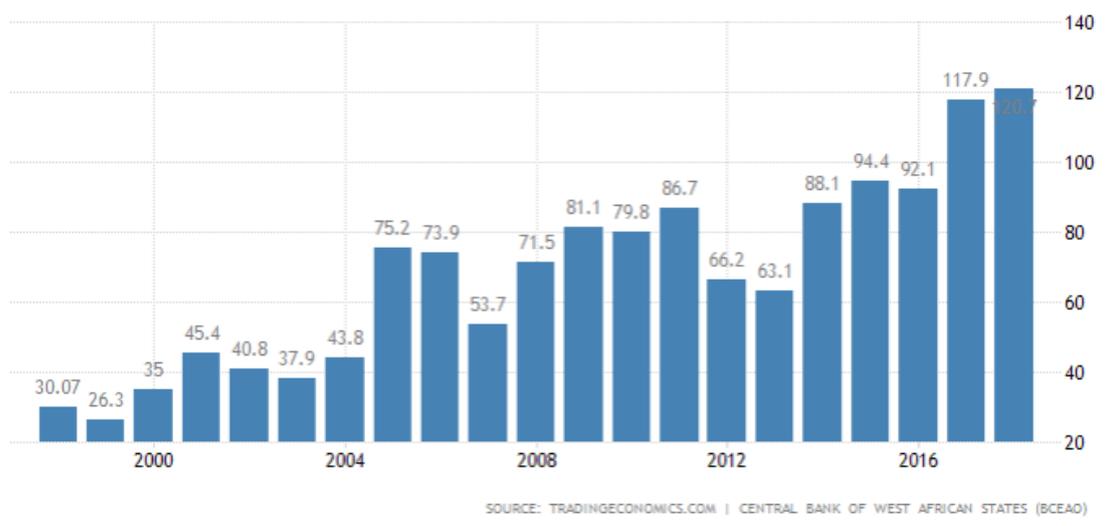
Fonte: <https://pt.tradingeconomics.com/guinea-bissau/exports>

No que se refere às importações, a Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas (ANEME, 2018, p.49), nos seus Estudos sobre a Guiné-Bissau, destaca que Portugal ocupa a primeira posição com cerca de 28,8%, em seguida vem o Senegal com 28,3%, depois vem a China, Espanha com 3,7% e 3,5% respetivamente, e o Paquistão com apenas 1,5%. Nota-se, através dos dados, que o país importa mais dos mercados externos do

que da própria CEDEAO. E quanto às importações, Portugal e Senegal aparecem como países dos quais a Guiné-Bissau mais importa. Essas importações são lideradas por óleo de petróleo, seguido pelo arroz, e por último, o vinho.

O gráfico abaixo espelha o nível de crescimento das importações do país, e Portugal e Senegal mantendo a média dentro desse período.

**Figura 4** - Gráfico de evolução das importações da Guiné-Bissau



Fonte: <https://pt.tradingeconomics.com/guinea-bissau/imports>

### 3.3 NAS MARGENS DA ATENÇÃO

A partir do exposto acima, pode-se perceber que a reforma no setor de defesa e segurança constitui uma prioridade da CEDEAO, no entanto, existem outras áreas que poderiam merecer igual atenção como forma proporcionar um equilíbrio social e econômica do país. As áreas como agricultura, turismo e mineiro são áreas de promessa da economia guineense, que, no entanto, parece receber menos atenção.

O relatório da Associação Industrial Portuguesa (AIP) em colaboração com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda (PWC) (2014), mostra que as perspectivas para o setor agrícola são claramente positivas. O clima e a quantidade de solo são favoráveis a culturas de rendimento (castanha de caju, amendoins e algodão) fruta vegetais e tubérculos. O país também tem mais de 300 mil hectares para a plantação de arroz, mas devido à falta de investimento no setor, o país ainda se mantém dependente de importações agroalimentares (AIP/PWC, 2014).

Relativamente a castanha de caju, o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) (2017) estima que pelo menos metade de todos os agregados familiares está engajada na produção, comercialização ou exportação de castanhas de caju, o maior produto de exportação guineense, representando cerca de 90% do total das exportações, e contribui com cerca de 10% do PIB. E o relatório ainda mostra os quatro impactos macroeconômicos deste produto: “*primeiro, injeta liquidez nos produtores; segundo, afeta o nível dos preços devido à elevada propensão dos produtores para consumir; terceiro, é o principal fornecedor de divisas estrangeiras através das exportações; e quarto, é uma importante fonte de receitas fiscais*” (FMI, 2017, p. 4). E o relatório da AUC e OCDE (2018) acresce que esse setor tem o potencial de gerar cerca de 80% de empregos ao país, e com tendência de favorecer a camada mais jovem do país, que constitui cerca de 60% da população.

O relatório (FMI, 2017) também aponta que se o caju não fosse exportado em bruto, o impacto seria maior. Esse fato aponta para uma relativa falta de investimento no setor, mesmo sendo reconhecido o seu potencial para a economia e desenvolvimento do país. E como consequência, há uma fuga de mão-de-obra das zonas rurais para as zonas urbanas a procura de emprego, prejudicando assim o setor agrícola em geral.

Quanto ao setor turístico, o país conta com mais de 88 ilhas, praias e parques naturais de atração turístico, mas que por falta de investimento esse setor quase não funciona. Segundo o relatório de Banco Africano para Desenvolvimento (BAD) em colaboração com a OCDE e o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017), mostra que em 2015 entraram nas fronteiras da Guiné-Bissau 43.800 turistas. Quanto às receitas geradas, estas atingiram 27,2 milhões de USD em 2013. O relatório ressalta a falta de investimentos nas infraestruturas hoteleiras e portuárias para facilitar a acomodação e a ligação entre a Capital Bissau e as ilhas, e a ligação portuária entre as próprias ilhas como fator que contribui para pouca movimentação no setor turístico do país. E a mesma precariedade também se mostra visível nas redes rodoviárias do país.

E o setor de mineiros também se mostra promissor com as recentes descobertas de fosfato, bauxita e petróleo, este último precisando de mais investimentos para a confirmação e exploração (AIP/PWC, 2014).

O relatório da OCDE (2011) aponta que, que o impacto da ajuda internacional na estabilidade e na prevenção de conflitos poderia ser maior se a ajuda fosse mais eficaz e melhor direcionada, nomeadamente para áreas susceptíveis de prevenir a instabilidade social. Isto inclui a dinamização do sector económico e da criação de oportunidades, sobretudo para

as camadas mais jovens da população, e que permita absorver no mercado de trabalho os mais de 60% de excedentários da função pública.

Embora seja prioridade às reformas militares, o referido relatório aponta que, na opinião de alguns atores nacionais, o enfoque da ajuda internacional na reforma dos militares e da função pública, negligenciando o sector produtivo e as questões do emprego, corre por isso não só o risco de estar a inverter prioridades, mas também de justificar a falta de investimento ao sector produtivo.

No entanto, esses relatórios apontam para uma diversificação das atenções relativamente aos setores prioritários a receber financiamentos. Ou seja, mesmo que as questões de reforma no setor da defesa e segurança sejam urgentes, agricultura, turismo e minérios não devem ser deixadas de lado, pois são áreas com potencialidade de desenvolvimento econômico e social do país.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho procurou-se compreender como se deu a relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO, em termos políticos, econômicos e comerciais, partindo da hipótese de que essa relação se deu mais no campo político, atrelado às questões de segurança, do que no campo econômico e comercial. E por outro lado acredita-se que isto se deve às constantes crises internas que o país enfrentou durante esses 20 anos em estudo.

Partindo das teorias de integração regional convencional, que surgiram para explicar o caso europeu, mas que devido ao surgimento de outros processos fora da Europa, foram obrigados a expandirem o escopo de explicação como forma de dar conta de esses outros processos, viu-se que elas não conseguem explicar o caso africano. Contudo, elas apresentam certos elementos que podem ser observados nesse processo. E por outro lado, cunhado de contribuições pós-coloniais, viu-se que o marco das relações internacionais convencionais exclui os processos históricos do continente africano, dando maior atenção às realidades europeias. Porém, Diallo (2016) nos mostra que os processos de integração regional africana são históricos, com uma prática desde a época dos impérios africanos. E que diferentemente do processo de integração europeia, que foi motivada pelo viés econômico, a integração regional africana nasceu com intuito de unir o continente e lutar contra o colonialismo e qualquer ameaça externa.

Por outro lado, viu-se que as contribuições pan-africanistas foram muito importantes para impulsionar os movimentos de libertação do continente africano e conseqüentemente os processos de integração regional africano.

No âmbito da análise das relações da Guiné-Bissau com a CEDEAO, percebe-se, através dos documentos analisados de que a hipótese inicial do trabalho foi confirmada. A relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO se deu mais no campo político, atrelado às questões de segurança do que econômicos e comerciais. Mais também, percebe-se que, no que tange às questões de segurança, a Guiné-Bissau esteve sempre na mesa das Sessões Ordinárias e extraordinárias, sendo discutida a forma de como pôr fim às constantes instabilidades internas. E nessa ótica, foi dada como prioridade a reforma no setor da defesa e segurança, elaborando um plano de ação conjunta com o Estado da Guiné-Bissau. A CEDEAO apoiou financeiramente o plano de reforma e também com técnicos, nesse caso com a missão da ECOMIB.

Em termos econômicos viu-se que em termos de exportação, a Guiné-Bissau nem aparece na lista de principais países que exportam para o mercado da CEDEAO, isto porque

os seus principais produtos de exportação são destinados para o mercado fora do continente, neste caso, o mercado indiano. E também se nota que esses países por não terem indústrias de transformação, eles exportam os produtos em bruto. E os relatórios apontam para uma baixa complementaridade comercial como sendo também uma das razões da baixa relação econômica e comercial entre os países membros.

No plano das importações, viu-se que a Guiné-Bissau importa mais produtos fora do bloco, tendo Portugal como um dos principais parceiros comerciais nas importações seguido de Senegal. E na lista dos principais produtos de importação se configura os produtos alimentícios, como por exemplo arroz. Porém, também se percebe que o país tem mais de 300 mil hectares propícios ao cultivo de arroz, mas devido à falta de investimento o país ainda continua a depender de importação de tal produto. Nesta ótica, os relatórios apresentados apontam para a necessidade de equilíbrio das atenções nas áreas de investimentos. Ou seja, mesmo que a área de segurança seja considerada prioritária, as outras áreas, como agricultura, turismo e minérios, devem merecer igual atenção como forma de buscar o equilíbrio e bem estar social, pois são áreas com potencial para o desenvolvimento sócio económico do país.

Sendo um país menos desenvolvido e carecendo de banco de dados próprios disponíveis para consulta nos meios eletrônicos, foi difícil conseguir dados mais detalhados para fazer as análises, pelo que teve que se recorrer a outras fontes menos detalhistas para conseguir dar conta do trabalho.

Por outro lado, não conseguimos todos os documentos referentes às sessões organizadas pela CEDEAO dentro desse período, mas conseguimos a maior parte que nos permitiu fazer o trabalho.

O trabalho desperta muitas curiosidades que podem merecer atenção nas pesquisas futuras, que, no entanto, podem exigir um trabalho de campo. Nesse caso, cita-se os estudos detalhados na área de importações exportações e os protocolos de acordos assinados entre a Guiné-Bissau e a CEDEAO.

## REFERÊNCIAS

AIP/PWC. **GUINÉ BISSAU**: Integração regional na CEDEAO e relacionamento com os países da CPLP. Plataformas CPLP, maio 2014.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK/OCDE/UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2017), “Guiné-Bissau”, in African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation, OCDE Publishing, Paris. DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-36-pt>.

ANEME. Estudo: Guiné Bissau. Abril 2018. Disponível em: <[https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/.../ESTUDO\\_guineBissau-1.pdf](https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/.../ESTUDO_guineBissau-1.pdf)>. Acesso em: 20 de mar. 2019.

AUGEL, Moema Parente. **Desafio do Escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da guiné-bissau. Ed. Garamond Ltda, 2007.

AUC/OCDE (2018). **Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018**: Crescimento, emprego e desigualdades, AUC, Addis Ababa/OCDE Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/9789264306301-pt>.

BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo: unidade e diversidade de um ideal na Présence Africaine (1956-63). **FFLCH - USP**, p. 1-23, 2015. Disponível em: <[www.snh2015.anpuh.org](http://www.snh2015.anpuh.org) > 1427824102\_ARQUIVO\_Pan-Africanismo-MSB>. Acesso em: 21 out. 2019.

BARROS, Miguel De. **A Sociedade Civil E O Estado Na Guiné-bissau**: Dinâmicas, Desafios E Perspectivas. Diogo Lencastre (Edições Corubal), 1ª Edição: Outubro de 2014.

CASSAMA, Daniel Julio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde**. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Araquara - SP, 2014.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. – Brasília: FUNAG, 2012. CEDEAO. Sessões Ordinárias e Extraordinárias. Disponível em: <<https://www.ecowas.int/lei-da-cedeao/comunicados-finais/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 18 de out 2019.

CEDEAO. Traite Revise. Commission de la CEDEAO, Abuja (1993) reimprimé (2010). Disponível em: <<http://www.ecowas.int>>.

\_\_\_\_\_. Comunicados oficiais das Cimeiras Ordinárias e Extraordinárias. Disponível em: <<https://www.ecowas.int/lei-da-cedeao/comunicados-finais/?lang=pt-pt>>.

DIALLO, Mamadou Alpha. A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL (1960-2015): BALANÇO E PERSPECTIVAS. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, [s. l.], ano 2016, v. 1, ed. 1, p. 243-263.

GUINÉ-BISSAU: IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO. Disponível em <<https://oec.world/pt/profile/country/gnb/>> Acesso em 18 de jul 2019.

DW. CEDEAO diz que militares guineenses merecem resposta firme. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/cedeo-diz-que-militares-guineenses-merecem-resposta-firme/a-15926998>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Faleceu Malam Bacai Sanhá. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-002/faleceu-malam-bacai-sanh%C3%A1/a-15655174>>. Acessado em 23 de out. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidente da Guiné-Bissau demite Governo. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/presidente-da-guin%C3%A9-bissau-demite-governo/a-18646593>>. Acesso em 20 de out. 2019.

ESSIEN, Essien Abel. 20 anos de Tratado Revisto e 40 anos de CEDEAO – Uma análise da integração regional na África Ocidental na perspectiva da prática IN: Compreender a integração regional na África Ocidental – Uma análise multitemática e comparativa. **ESTUDO IAO-ZEI**. No.17, p 11 - 41, 2014. ISBN 978-3-941928-49-7.

FERNANDES, Lito Nunes; BOUKOUNGA, Jean Christian; JÚNIOR, José Fernandes. Integração econômica regional na África Ocidental: uma visão crítica. **Conjuntura Austral**, 2011, 2.8: 18-47. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/23459>> acesso em: 18 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Economia Política da Integração Regional na África Ocidental: A União Econômica e Monetária (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36098/000817469.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de out. 2019.

FMI. Guiné-Bissau: Documento sobre temas selecionados. Relatório n.º 17/381. Dez. 2017. Disponível em: <<http://www.imf.org/>>. Acesso em: 03 set. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Exército confirma morte do presidente e nega golpe de Estado na Guiné-Bissau. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2009/03/511237-exercito-confirma-morte-do-presidente-e-nega-golpe-de-estado-na-guine-bissau.shtml>>. Acessado em 17 de out. 2019.

IF - Banco Mundial. 2010. Guiné-Bissau Para além de Castanha de Caju: Diversificação através do comércio. Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio para o Melhoramento do Quadro Integrado Assistência Técnica para Assuntos do Comércio Internacional. 192 pp.

JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio; ALMEIDA, Carolina Soccio Di Manno. Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, out./dez. 2013, p. 05-11. Disponível em: <[www.getempo.org](http://www.getempo.org)>. Acesso em: 18 out. 2019.

MARIANO, Marcelo M.; MARIANO, Karina I. P. As teorias de integração regional e os Estados subnacionais. **Revista Impulso**, Piracicaba, v. 13, n. 31, p. 47-70, 2002. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/242226207>>. Acesso em: 18 de fev. 2019.

MARIANO, Karina L. P. O neoliberal institucionalismo: um modelo teórico para a integração regional. São Paulo: **Cadernos Cedec**, n. 50, 1995.

MBEMBE, A. A ideia de um mundo sem fronteiras. Revista Serrote - **Revista de ensaios do Instituto Moreira Salles**. São Paulo, n.31, março de 2019. Disponível: <<https://revistaserrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-porachille-mbembe/>>. Acesso em: 01 de out. de 2019.

MENDES, Perfirio. Influencia Internacional no conflito armado de 1998/1999 na Guiné-Bissau. Monografia, 54f. Fortaleza 2008. Disponível em: <[www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2008\\_tcc\\_pmendes](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2008_tcc_pmendes)>. Acesso em 18 de dez 2019.

MITRANY, David. “A paz por meio da cooperação e da integração” in BRAILLARD, Philippe. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

NETO, Barnabé Lucas de Oliveira. (2017): “Pós-colonialismo e relações internacionais”. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, dezembro 2017, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccs/2017/04/poscolonialismo-relacoes.html>>. Acesso em 21 out. 2019.

OCDE (2011), **Relatório sobre a intervenção internacional em Estados frágeis**: República da Guiné-Bissau, OCDE Publishing. ISBN 978-92-64-00000-0.

OLIVEIRA, Pedro Henrique Silva de. O pós-colonialismo nas relações internacionais: uma proposta para repensar teoria, estrutura e racionalidade no Sistema Internacional. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 18, n. 30, p. 163-176, jul. 2017. Disponível em: <[http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/Revista\\_SIER/v.18%2Cn.30%282017%29/06-Art10-PosColonialismo-16nov.pdf](http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/Revista_SIER/v.18%2Cn.30%282017%29/06-Art10-PosColonialismo-16nov.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2019.

PAES, Lucas et. al. Processos africanos de integração regional. In: **Relações internacionais para educadores** : África em foco / Klei Medeiros... [et al.] ; organizado por Alexandre Piffero Spohr, Marjorie Stadnik, Klei Medeiros. -- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. 244 p.

PANCERI, Juliana Wüst. **União Europeia, a evolução de seu processo e a conformação de suas teorias: uma abordagem da emergente teoria da governança de múltiplos níveis**. 157f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina) Florianópolis, 2012.

PINTO, M. Contributos das teorias das RI para o estudo das organizações internacionais e da integração regional. **Relações Internacionais**, 16: 85-101. 2007.

PLENK, Stefan. **Regionale Integration im sub-saharischen Afrika**. DOI 10.1007/978-3-658-08650-3\_3, © Springer Fachmedien Wiesbaden 2015.

PÚBLICO. Governo de Carlos Gomes Júnior demitido em Bissau. Disponível em <<https://www.publico.pt/2005/10/30/jornal/governo-de-carlos-gomes-junior-demitido-em-bissau-46430>>. Acesso em 21 de out. 2019.

RFI. Guiné-Bissau: levantadas sanções da CEDEAO. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20180801-cedeao-retira-19-sancoes-impostas-aos-cidadaos-guineens>>. Acesso em 24 de nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil guineense critica comunidade internacional. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20170405-sociedade-civil-guineense-denuncia-passividade-da-comunidade-internacional>>. Acesso em: 23 out. 2019

ROSA, Carolina Diogo Ralo. **O processo de comunicação de crise da Guarda Nacional Republicana**. 2018. 112f. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança) - Academia Militar, Lisboa, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/24754>>. Acesso em: 24 de out. 2019.

RUDEBECK, Lars. **Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000: Um Estudo de Democratização Difícil**. Ed. ASDI, Stockholm 2001.

SAMBU, Malam. **A Política Económica no Contexto da UEMOA: Investimento Direto Estrangeiro na Economia da Guiné-Bissau – Uma Abordagem. Dissertação de Mestrado**. 177f. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal, 2015.

SANTOS, Celso Medina. **Integração regional e desenvolvimento: o caso da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)**. 2014. 91f. Dissertação (pós-graduação em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as\\_sdt=0%2C5&q=Integra%C3%A7%C3%A3o+Regional+e+Desenvolvimento%3A+O+Caso+da+Comunidade+Econ%C3%B4mica+dos+Estados+da+%C3%81frica+Ocidental+%28CEDEAO%29&btnG=>](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=Integra%C3%A7%C3%A3o+Regional+e+Desenvolvimento%3A+O+Caso+da+Comunidade+Econ%C3%B4mica+dos+Estados+da+%C3%81frica+Ocidental+%28CEDEAO%29&btnG=>)> acesso em: 17 out. 2018.

Saraiva, F. A Definição de Crise das Nações Unidas, União Europeia e NATO. **Nação E Defesa**, 129(5), 11–30. 2011.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo, Editora Saraiva, 2005.

SILVA, Lilian Mendes Ferreira da. **O papel das organizações regionais africanas no desenvolvimento da democracia: o caso da SADC**. 169f. Tese. Universidade de Évora, 2014.

SILVA, Pedro. O conceito de crise: Perspectiva política e económica, In A. S. Lara Crise, Estado e Segurança. Lisboa, Portugal: **Edições MGI**, (59-68), 2014.

SZUCKO, Angélica S. A inércia institucional nos processos de integração regional – o método do Path Dependence aplicado aos casos da União Europeia e do Mercosul. **Debater a Europa, Coimbra**, n. 16, p. 27-55, 2017.

**VOA.** Guiné-Bissau: 20 anos após o levantamento de 1998. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/guin%C3%A9-bissau-20-anos-ap%C3%B3s-o-levantamento-de-1998/4428969.html>>. Acessado em 26. out 2019.

**ANEXO**

**Quadro 2 - Documentos oficiais consultados**

<b>COMUNICADOS FINAIS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS</b>			
<b>Nº</b>	<b>Descrição</b>	<b>Cidade Organizada</b>	<b>Data</b>
1	Vigésima Segunda Sessão Da Conferência Chefes De Estado E Governo	Lomé	09-10/12/1999
2	Vigésima Terceira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo	Abuja	28-29/05/2000
3	Vigésima quarta cúpula de Chefes De Estado E Governo	Bamako	15-16/12/2000
4	Vigésima Sexta Sessão Do Conferência De Chefes De Estado e Governo	Dakar	31/01/2003
5	Vigésima Oitava Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e Governo	Accra	19/01/2005
6	Trigésima Primeira Sessão Da Conferência De Chefes De Estado e Governo	Abuja	14/06/2006
7	Trigésima Primeira Sessão Da Conferência De Chefes de Estado E Governo	Ouagadougou	19/01/2007
8	Trinta Terceira Sessão Regular Da Conferência Chefes De Estado e Governo	Ouagadougou	18/01/2008

9	Trigésima Quinta Sessão Ordinária Da Conferência De Chefes De Estado e Governo	Abuja	19/12/2008
10	Trinta Sexta Sessão Ordinária Da Conferência De Chefes De Estado e Governo	Abuja	22/06/2009
11	Trigésima Sétima Sessão Ordinária Da Conferência De Chefes De Estado e Governo	Abuja	16/02/2010
12	Trigésima Oitava Sessão Regular Da Conferência De Chefes De Estado e Governo	Sal	02/07/2010
13	Trinta Nona Sessão Ordinária Da Conferência De Chefes De Estado e Governo	Abuja	23-24/03/2011
14	40ª Sessão Ordinária Da Conferência Chefes De Estado e Governo	Abuja	16-17/02/2012
15	41ª Sessão Ordinária Da Conferência De Chefes De Estado e Governo da CEDEAO	Yamoussoukro	28-29/06/2012
16	42ª Sessão Ordinária Da Conferência De Chefes De Estado e Governo da CEDEAO	Yamoussoukro	27-28/02/2013
17	43ª Sessão Regular Da Conferência De Estado E Governo da CEDEAO	Abuja	17-18/07/2013

18	44ª Sessão Regular Da Conferência De Chefes De Estado e Governo da CEDEAO	Yamoussoukro	28-29/03/2014
19	45ª Sessão Ordinária Da Conferência de Estado E Governo da CEDEAO	Accra	10/07/2014
20	46ª Sessão Ordinária Da Conferência De Estado E Governo da CEDEAO	Abuja	15/12/2014
21	49ª Sessão Ordinária Da Conferência Dos Chefes De Estado E De Governo Da CEDEAO	Dakar	04/06/2016
22	51ª Sessão Ordinária Da Conferência Dos Chefes De Estado E De Governo Da CEDEAO	Monróvia	04/06/2017
23	53ª Sessão Ordinária Da Conferência Dos Chefes De Estado E De Governo da CEDEAO	Lomé	31/07/2018
N	<b>COMUNICADOS FINAIS DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS</b>		
1	Cimeira dos Chefes de Estado da CEDEAO Membros do Comitê de Serra Leoa do Acordo de Paz de Lomé	Abuja	09/05/2000

2	Cúpula Extraordinária De Chefs de Estado E Governo	Abuja	11/04/2001
3	Cúpula Extraordinária De Chefes De Estado E Do Governo Da CEDEAO Sobre A Situação na Costa do Marfim	Abuja	06/10/2006
4	Reunião Extraordinária Do Conselho de Mediação e Segurança da CEDEAO	Abuja	09/01/2009
5	Sessão Extraordinária da Conferência De Chefes De Estado e Governo	Abuja	17/09/210
6	Sessão Extraordinária Da Conferência De Chefes De Estado e Governo sobre Costa Do Marfim	Abuja	07/12/2010
7	Sessão Extraordinária da Conferência De Chefes de Estado e Governo sobre Costa Do Marfim	Abuja	24/12/2010
8	Mini-Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de Burkina Faso, Costa do Marfim, Gana, da Libéria, Nigéria e Senegal	Abuja	10/09/2011
9	Cúpula Extraordinária De Chefes De Estado e Governo	Abidjan	27/03/2012

10	Cimeira Extraordinária De Chefes De Estado e Governo da CEDEAO	Abidjan	26/04/2012
11	Sessão Extraordinária Da Conferência De chefes De Estado E Governo da CEDEAO	Abidjan	19/01/2013
12	Sessão Extraordinária Da Conferência De Chefs Do Estado e do Governo Da CEDEAO	Dakar	25/10/2013
13	Sessão Extraordinária Da Conferência De Chefs De Estado E Governação sobre Situação em Burkina Faso	Accra	06/11/2014
14	Sessão Extraordinária Da Conferência Dos Chefes De Estado e de Governo da CEDEAO	Lomé	14/04/2018
Disponíveis em: <a href="https://www.ecowas.int/lei-da-cedeao/comunicados-finais/?lang=pt-pt">https://www.ecowas.int/lei-da-cedeao/comunicados-finais/?lang=pt-pt</a>			